

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco  
ou o MME:**

**O Globo**

[Título: Governo deve elevar tarifa de Angra 3](#) ..... 10

**Valor Econômico**

[Título: PPSA quer fazer novo leilão da produção da União no pré-sal](#) ..... 27

[Título: Governo avalia dispensar parecer da AGU sobre debate da cessão onerosa](#) ..... 29

**Sumário**

|                                                                                     |           |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo</b> .....                                                       | <b>3</b>  |
| Título: "Meu nome é Ivan" .....                                                     | 3         |
| Título: A falsa segurança fiscal das verbas extraordinárias.....                    | 3         |
| Título: Frete da discórdia .....                                                    | 4         |
| Título: Tentativa de negociação é marcada por vaivém de resoluções da ANTT .....    | 7         |
| Título: Tribunal libera venda em leilão de distribuidoras da Eletrobrás.....        | 8         |
| Título: Governo deve elevar tarifa de Angra 3.....                                  | 10        |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo</b> .....                                             | <b>11</b> |
| Título: Água à vista .....                                                          | 11        |
| Título: A batata e suas lições.....                                                 | 12        |
| Título: Para manter influência após Temer, MDB prepara loteamento de agências ..... | 14        |
| Autor: Nicola Pamplona .....                                                        | 15        |
| Título: AGU derruba liminar contra a venda de distribuidoras da Eletrobrás .....    | 15        |
| Título: Greve da Eletrobrás pede saída do presidente.....                           | 16        |

|                                                                                       |           |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Título: DF e 10 estados represam queda do diesel uma semana após paralisação.....     | 17        |
| Título: Incerteza eleitoral preocupa indústria do petróleo .....                      | 19        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo .....</b>                                            | <b>20</b> |
| Título: Indefinições sobre tabela do frete travam transporte de carga no País .....   | 20        |
| Título: Cargas do Nordeste são as mais afetadas.....                                  | 22        |
| Título: Combustível fez cimento subir 5%, diz CBIC .....                              | 23        |
| Título: Vale destrava aporte de US\$ 1,7 bi no Canadá.....                            | 24        |
| Título: Eletrobrás derruba liminar e retoma venda de distribuidoras .....             | 25        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense .....</b>                                             | <b>26</b> |
| Título: Ciclo vicioso.....                                                            | 26        |
| <b>VEÍCULO: Valor Econômico .....</b>                                                 | <b>27</b> |
| Título: PPSA quer fazer novo leilão da produção da União no pré-sal .....             | 27        |
| Título: Governo avalia dispensar parecer da AGU sobre debate da cessão onerosa .....  | 29        |
| Título: Com R\$ 850 milhões, BNDES incentiva energia solar .....                      | 30        |
| Título: Diesel puxa o consumo de combustível em abril .....                           | 32        |
| Título: Liminar que impedia venda de distribuidoras é suspensa.....                   | 33        |
| Título: Fazenda já admite perda de R\$ 15 bi com greve .....                          | 33        |
| Título: Relator defende a aprovação da MP do frete rodoviário antes do recesso .....  | 35        |
| Título: ANTT discute detalhes de transporte de granéis para anunciar nova tabela..... | 37        |
| Título: ANTT discute detalhes de transporte de granéis para anunciar nova tabela..... | 38        |
| Título: Uma nova política de preços de combustíveis .....                             | 39        |
| Título: Destaques .....                                                               | 41        |
| Título: Distribuição da Enel no Brasil tem altos e baixos .....                       | 42        |
| Título: Regra de oferta pública deve ser atualizada pela CVM .....                    | 44        |
| Título: Governo vê TAG vendida em julho .....                                         | 47        |
| Título: Votorantim estima recuo de quase 20% nas vendas em maio.....                  | 48        |
| Título: Volume das cimenteiras tendem a cair neste ano.....                           | 49        |
| Título: Vale vende cobalto futuro para expandir no Canadá .....                       | 51        |
| Título: Curta.....                                                                    | 52        |
| Título: Greve e tabela de frete tiram o sono de produtores.....                       | 53        |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: "Meu nome é Ivan"**

O novo presidente da Petrobras, Ivan Monteiro, desembarca hoje em Brasília. Fará visitas de cortesia aos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira.

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Editorial****Autor:****Título: A falsa segurança fiscal das verbas extraordinárias**

Estados produtores — o Rio de Janeiro o mais importante deles —, alguns de seus municípios e a União voltam a ser beneficiados por um novo ciclo de elevação do preço do petróleo no mundo, base para o cálculo dos royalties que recebem.

O crescimento da receita, também impulsionado pelo aumento da produção da Petrobras e pela própria valorização do dólar, vem em boa hora, quando as finanças públicas estão bastante desequilibradas, devido à crise fiscal provocada por Lula e Dilma, a partir de 2009, com a construção da política da "nova matriz macroeconômica", baseada em intervencionismo estatal e em gastos irresponsáveis.

Conforme dados da Secretaria estadual da Fazenda, publicados pelo GLOBO no domingo, royalties e participações especiais (provenientes de poços de alta produtividade) recebidos pelo Rio, entre janeiro e maio, somaram R\$ 5,18 bilhões, 51% a mais sobre mesmo período de 2017.

A maior parcela deste dinheiro vai para o Rioprevidência, sistema de aposentadoria e pensões do funcionalismo fluminense, cujo déficit previsto para este ano é de R\$ 10,3 bilhões. O governador Luiz Fernando Pezão acha que poderá ser menor.

O dinheiro vem num momento de relativo alívio, em que, dentro do programa de recuperação fiscal assinado pelo estado com a União, o Palácio Guanabara tem colocado as contas em dia. Mas há muito por fazer no aspecto estrutural.

Como acertado com a União, na assinatura da adesão ao programa, o estado aprovou na Assembleia o aumento da contribuição previdenciária dos servidores de 11% para 14%, índices já praticados em outras regiões do país. Mas a experiência aconselha o administrador público a não depender de voláteis receitas extraordinárias.

É melhor tê-las do que não, porém elas maquiagem a grave realidade fiscal. O pior que pode acontecer é o governante usá-las para fugir da tarefa imprescindível de fazer os devidos ajustes. Ou, como aconteceu no estado durante o ciclo da dupla Cabral e Pezão, comprometer um dinheiro incerto para assumir despesas fixas, engessadas por lei (previdência, pensões).

No caso da União, há o exemplo da privatização da Eletrobrás, fonte de hipotéticos R\$ 12 bilhões de receita para este ano, mas que não se efetivará, por resistência do fisiologismo de parlamentares de vários partidos que não abrem mão de faturar "algum" na intermediação de negócios escusos na estatal e/ou na distribuição de cargos a apaniguados.

A meta do Tesouro para este ano, que ainda é de déficit (R\$ 159 bilhões), deve ser atingida, mas a situação continuará séria, porque as despesas crescentes da Previdência estão fora de controle, e tudo vai depender do próximo presidente. Daí o dólar subir ao sabor de pesquisas eleitorais. É exercício de autoengano relaxar na crise fiscal, à espera de receitas como as de royalties, privatizações e leilões no pré-sal. Um bom dinheiro, mas de fôlego indefinido.

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Glauce Cavalcanti, Marcello Corrêa e Geralda Doca**

**Título: Frete da discórdia**

Mais de 30 ações questionam tabela na Justiça. Para especialistas, fixar preço é inconstitucional

-RIO, BRASÍLIA E SÃO PAULO- O impasse na definição do preço do frete do transporte rodoviário de carga no país foi parar na Justiça. Até ontem, a medida provisória que determina a fixação do valor mínimo para o serviço já era questionada em ao menos 30 ações judiciais, segundo levantamento da Advocacia-Geral da União (AGU). A maior parte delas sustenta que a decisão do governo é inconstitucional, por ferir a liberdade de mercado, como afirmam advogados. Ainda que seja efetivado, o tabelamento, na avaliação de especialistas, não irá funcionar, e o ambiente de insegurança para os negócios persistirá. A movimentação de carga está travada em diversos setores há 11 dias, superando o período de paralisação dos caminhoneiros. Os efeitos na

economia são generalizados, impactando de eletroeletrônicos a frigoríficos, passando pela indústria têxtil e o agronegócio.

Os caminhoneiros, por sua vez, prometem insistir na manutenção do benefício, ainda que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare que este é inconstitucional. Dirigentes da categoria já falam em novas estratégias do movimento e não descartam outra paralisação se a medida for barrada na Justiça. Na noite de ontem, lideranças dos caminhoneiros autônomos fecharam um pré-acordo para uma terceira versão da tabela de frete com parte do agronegócio. Os termos da proposta, porém, ainda têm de ser apresentados hoje a outros segmentos industriais.

— A medida provisória que tabela o frete representa intervenção do Estado na economia de forma direta e indevida por fixação do preço, ferindo os princípios do livre mercado. Não se pode atuar dessa forma para atender a demandas de um determinado setor da economia em detrimento de outros — diz Fabrício Cardim, advogado especializado em direito da concorrência e sócio do escritório Souza, Mello e Torres, alertando para o risco de estímulo a condutas como a formação de cartel.

#### CAMINHONEIROS DEFENDEM TABELA

Leonardo Duarte, sócio da área concorrencial e antitruste do Veirano Advogados, lembra que o governo tem a prerrogativa de regular determinados mercados, mas frisa que o de transporte rodoviário de carga não é um deles:

— É uma violação clara à livre concorrência. Cria um ambiente de muita insegurança jurídica, que deve persistir. Vamos ver o que o Supremo vai dizer. O governo deveria ter pedido o posicionamento da Seprac (Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência, ligada ao Ministério da Fazenda).

Segundo auxiliares do presidente Michel Temer, o governo ficou de mãos atadas e passou a apostar em um acordo entre empresários e caminhoneiros para montar uma tabela de preços factível.

Líderes dos caminhoneiros têm conversado com a ANTT desde a semana passada. Ontem, haveria uma nova rodada de conversas, mas os caminhoneiros não foram ao órgão e optaram por reuniões isoladas. O presidente da União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam), José Araújo Silva (China), ressaltou que os motoristas não aceitam uma nova planilha que reduza o preço do frete. Ele lembrou que a categoria luta por essa política há 15 anos:

— A oportunidade é agora. O preço mínimo do frete é mais importante do que a redução no diesel. Se mudar, não vamos ficar parados. Os advogados do governo não levaram essa questão da inconstitucionalidade na hora do acordo.

A assessoria da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) informou que a entidade não quer ficar dependendo da ANTT e contratou uma empresa independente para elaborar nova tabela, que seja um meio termo.

Já o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse ontem que a decisão de determinar um piso para o frete "pode afetar negativamente quem acha que pode se beneficiar, que são os caminhoneiros":

— É uma discussão importante e complexa, que temos de fazer com serenidade.

Especialistas dizem ser impossível tabelar preços em um setor tão heterogêneo, em que o cruzamento de quatro fatores deveria ser levado em conta: trajeto, produtividade, tipos de carga e de veículo.

— Tabelar o frete seria como usar o PIB per capita de São Paulo como referência para um salário mínimo nacional. É uma irresponsabilidade do governo. Ainda que o estudo não tivesse qualidade ruim, seria preciso criar quantas tabelas diferentes para a medida funcionar? — questiona Maurício Lima, sócio-diretor do Instituto de Logística e Supply Chain (Ilos).

Para Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da Kaduna, consultoria especializada em comércio exterior, regular o preço do frete como a ANTT está propondo é "uma utopia".

— É claro que esse tabelamento não vai funcionar. Quem vende frete vai passar a oferecer desconto para que contratem seu serviço. Sem contar que, na portaria da ANTT, eles se esqueceram de revogar a lei de mercado. Sem revogar, não funciona tabelamento.

#### SETOR TÊXTIL PODE SUBIR PREÇOS EM 5%

O número de ações judiciais pedindo a revogação da tabela vai crescer. A A pro soja Brasil, que reúne os produtores de soja, prepara-se para recorrer à Justiça. A Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec) e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) também questionam a medida. Já entraram com uma impugnação da tabela junto à ANTT e iniciarão ação civil pública na Justiça, pedindo a revogação da medida.

O impacto da insegurança jurídica é generalizado. Jorge Júnior, presidente da Eletros, que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos, conta que o impasse já

causa paralisia em algumas fábricas. Segundo ele, o ideal seria que os contratos voltassem a ser negociados livremente. Mas, se houver tabelamento, defende preços menores:

— Não é só a indústria ou a agroindústria que são afetadas. A entrada de material, a saída de produto acabado e o transporte ao varejista, também. Temos empresas que estão com seus produtos estocados aguardando uma próxima tabela. Em alguns casos, o frete chega a ser inviabilizado. Imagina ter um custo que sobe 150% da noite para o dia?

Na indústria têxtil, a incerteza também é grande, segundo Fernando Pimentel, presidente da Abit, que representa o setor.

— Paralisar totalmente, não, mas está dando muito trabalho. Tabelamento é anacronismo. Nunca funcionou — critica Pimentel, que calcula em 5% o aumento do preço para o consumidor por causa dos custos com frete.

Célio Morales, da transportadora Trans Morales, de Colina (SP), atende a duas empresas. Só uma continua despachando.

— (A tabela) corrigiu bastante os valores, que já estavam defasados. Se todo ano tivessem subido um pouco, hoje estaria no valor que foi definido agora. As empresas têm chiado — afirma Morales, que trabalha com o frigoríficos.

Já Ivan Mota, da Vale Logística, de Laranjeiras (SE), que trabalha com transporte de adubo, relata que não pega um frete sequer desde o fim de maio:

— Estamos aguardando a reunião (do governo, sobre a nova tabela) para voltar a pegar transportes.

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Marcello Corrêa**

**Título: Tentativa de negociação é marcada por vaivém de resoluções da ANTT**

Duas versões da tabela já foram editadas desde 30 de maio

A tentativa de emplacar uma tabela com preços mínimos de frete — uma das demandas dos caminhoneiros durante a greve do mês passado — tem sido marcada por idas e vindas. Com base em uma medida provisória, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) já editou duas versões do documento. Em uma delas, desagradou ao agronegócio. Na outra, os caminhoneiros. O clima permanecia de expectativa: até o fechamento desta edição, motoristas e empresários ainda discutiam uma solução para o impasse.

## PRIMEIRA VERSÃO

A primeira resolução da ANTT foi publicada em 30 de maio, quando a greve já passava de uma semana. A tabela fixou preços mínimos para o frete por quilômetro e eixo carregado. Pela regra, um percurso de 1.500 quilômetros (km) em um caminhão de sete eixos, por exemplo, sairia a R\$ 9.555. Além disso, os contratos deviam cobrir o chamado "frete de retorno". Isto é, ou prever que o motorista retornasse para o local de origem carregado ou considerar a quilometragem do percurso em dobro. Os valores não agradaram ao setor produtivo. Assim, a tabela, que tinha previsão de vigorar até 20 de janeiro de 2019, foi substituída por uma segunda versão, que durou pouco.

## SEGUNDA VERSÃO

No último dia 7, o governo editou nova tabela, que reduziria o custo do frete em 20% em relação à versão anterior. Além de ter preços de referência menores, o novo documento especificava valores de acordo com a quantidade de eixos do veículo. O frete de retorno também foi cancelado. Assim, um frete de 1.500 km em um caminhão de sete eixos sairia por R\$ 6.300, e em um de nove eixos, por R\$ 6.750. O documento, no entanto, não durou nem quatro horas. Em reunião com caminhoneiros, o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, prometeu revogar a resolução, o que foi oficializado ontem em Diário Oficial. Assim, volta a valer a tabela anterior, de 30 de maio, com custos mais altos.

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Manoel Ventura e Ramona Ordoñez

**Título:** Tribunal libera venda em leilão de distribuidoras da Eletrobrás

Estatul alegou que teria de pagar R\$ 16 bi para liquidar subsidiárias

-BRASÍLIA E RIO- O Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), com sede no Rio, derrubou a decisão da primeira instância da Justiça trabalhista do estado que impedia a privatização de cinco das seis distribuidoras da Eletrobrás que operam no Norte e Nordeste do país. A medida é considerada uma etapa importante para a privatização da Eletrobrás.

O leilão das empresas havia sido suspenso pela juíza do Trabalho Raquel de Oliveira Maciel, que determinou um "estudo sobre o impacto da privatização nos contratos de trabalho em curso", na semana passada. A decisão envolve as empresas que operam em Rondônia, Acre, Alagoas, Piauí e Amazonas. A empresa de Roraima, que também deve ser privatizada, não é citada no processo. A ação foi movida por sindicatos de trabalhadores dessas empresas.

## GREVE DE FUNCIONÁRIOS

Inicialmente, a relatora do caso no TRT1, desembargadora Claudia de Souza Gomes, negou o pedido feito pela União para liberar o leilão. A Advocacia-Geral da União (AGU) voltou a recorrer, desta vez para o presidente do Tribunal, desembargador Fernando Antonio Zorzenon. O magistrado concordou com os argumentos da AGU e liberou a venda das empresas.

No despacho, Zorzenon levantou dúvidas sobre a competência da juíza do Rio para analisar o caso, já que as distribuidoras não estão localizadas no estado. O presidente do TRT1 avaliou ser prematuro alegar que há ameaça aos direitos trabalhistas dos empregados da Eletrobrás antes mesmo da publicação do edital de privatização.

"É o edital de privatização que disciplinará o "futuro" dos contratos de trabalho em curso. Como este ainda não foi publicado, não se pode assegurar, ou mesmo vislumbrar, ameaça a direitos trabalhistas", diz trecho da decisão do desembargador. A venda das distribuidoras foi liberada pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 30 de maio. Com isso, governo e Eletrobrás poderão divulgar o edital para o leilão das empresas.

Ao recorrer da decisão, governo e Eletrobrás afirmaram que, se o leilão não for realizado até 31 de julho, a estatal seria obrigada a liquidar as distribuidoras, o que significaria um custo de R\$ 16 bilhões. Esse foi o prazo definido pelos acionistas da empresa. A AGU afirmou que os direitos dos empregados das distribuidoras estão garantidos pela lei trabalhista e não serão afetados pelo processo de desestatização.

Os funcionários das empresas do grupo Eletrobrás podem suspender hoje uma paralisação de 72 horas iniciada ontem, segundo a Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), a Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel) e o Sintergia-RJ. O movimento quer a saída do presidente da estatal, Wilson Ferreira Júnior. Os empregados pretendem se reunir com representantes da Câmara e do Senado para discutir a privatização da companhia.

Segundo o secretário de Energia da FNU, Fernando Pereira, a determinação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que decidiu que 75% dos trabalhadores deveriam continuar trabalhando, foi cumprida. Apesar de não ter ocorrido troca de turno, a operação do sistema foi mantida normalmente. Na próxima semana, os empregados terão um encontro com a direção da Eletrobrás para discutir o acordo coletivo da categoria.

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Economia****Autor: Manoel Ventura****Título: Governo deve elevar tarifa de Angra 3**

Objetivo é viabilizar conclusão da obra, que vai exigir mais R\$ 14 bilhões

-BRASÍLIA- **O Ministério de Minas e Energia** se prepara para aumentar a tarifa que vai remunerar a usina nuclear de Angra 3 pela energia elétrica que será gerada, e retomar as obras do empreendimento. A Eletrobrás defende, reservadamente, que a tarifa, que hoje está em US\$ 75 por megawatt/hora, atinja até US\$ 150 — padrão para empreendimentos mundiais desse porte.

As medidas para viabilizar a construção da obra, sob responsabilidade da Eletronuclear (subsidiária da Eletrobrás), incluem ainda a repactuação das dívidas da empresa e a entrada de um sócio privado na usina. O governo criou, na semana passada, um grupo de trabalho para estudar a modelagem com prazo de 60 dias. Esse grupo é formado por integrantes de Minas e Energia, Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Eletrobrás e Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

#### BUSCA POR PARCEIRO

O governo tenta encontrar uma solução para a retomada da construção de Angra 3, parada desde 2015 em meio à deterioração das contas públicas e do andamento da Operação Lava-Jato, que atingiu as empreiteiras responsáveis pelas obras. Encontrar uma solução rápida que permita a retomada das obras da usina nuclear é fundamental para evitar uma crise da Eletronuclear, segundo integrantes do governo — o que poderia afetar até mesmo a operação de Angra 1 e 2.

A empresa já gastou R\$ 7 bilhões na usina e acumula uma dívida de R\$ 7,6 bilhões. Sem dinheiro, caberá à Eletrobrás bancar a subsidiária. Os principais credores da Eletronuclear são a Caixa e o BNDES, que já avisou que só voltará a negociar com a estatal quando houver uma definição sobre o futuro da usina nuclear de Angra 3.

A parada na construção fez a Eletronuclear atingir um patrimônio líquido negativo de mais de R\$ 4,3 bilhões. Sem dinheiro em caixa e no Orçamento do governo, a empresa iniciou uma busca por parceiros internacionais para retomar as obras. Essa nova companhia deve injetar uma cifra bilionária no empreendimento — o valor final ainda não foi definido —, mas não pode se tornar controladora da usina, porque a Constituição não permite.

A Eletrobrás já firmou um memorando de entendimento com o grupo francês EDF para promover cooperação na área nuclear. De acordo com o texto, três empresas estudarão oportunidades de a EDF colaborar na retomada e conclusão de Angra 3 e no desenvolvimento de novas usinas no Brasil.

Executivos da Eletrobrás alegam que a tarifa em vigor hoje inviabiliza a geração de caixa da empresa e impede a atração de parceiros internacionais. Por isso, o reajuste da tarifa é defendido pela estatal. Segundo a Eletronuclear, o progresso físico global das obras de Angra 3, no momento, é de 62%, e são necessários mais R\$ 14 bilhões para concluir a construção.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Editorial

**Autor:**

**Título:** Água à vista

O nível dos reservatórios na Grande São Paulo se encontra em situação pior do que estava cinco anos atrás. Mesmo que ainda seja cedo para soar alarmes, a experiência da crise hídrica de 2014-15 recomenda austeridade no uso de água pelos habitantes da metrópole. A dez dias do início do inverno, que no Sudeste brasileiro constitui a estação seca, o sistema Cantareira tem 45,6% de reservação. É o principal produtor da região, com 40% do volume tratado. Em 2013, na mesma data (11 de junho), o Cantareira contava com 58,2% de sua capacidade.

Os outros dois sistemas mais importantes para o abastecimento da capital e entorno são o Alto Tietê e o Guarapiranga, que juntos produziram em maio pouco menos da metade da vazão distribuída. Pois eles também estão abaixo dos níveis de 2013, respectivamente com 58,4% ante 62,7% e 76,8% ante 84%. Por certo mostra-se impossível prever, com base apenas nesses números, se a maior metrópole brasileira está para se avizinhar de uma nova crise hídrica. Não há previsão ainda sobre como será a estação chuvosa que chega com a primavera, em setembro, e entra pelo verão.

Nem, muito menos, a possibilidade de que ela fique abaixo da média, como ocorreu em alguns meses de 2012 a 2015, o que contribuiu para que represas chegassem ao tempo de estiagem com níveis aquém do desejável. Desde então, cabe assinalar, a Sabesp, estatal paulista do setor, tomou algumas providências para tornar mais confiável o abastecimento na região metropolitana. Por um lado, acelerou projetos para aumentar a produção; de outro, interligou sistemas para poder transferir água de um ponto mais favorecido por chuvas a outros com escassez delas. No primeiro caso, pôs em linha o sistema São Lourenço,

que em maio produziu 1,58 metro cúbico por segundo, ou 2,6% da vazão distribuída pela empresa na região.

No segundo, fez a conexão dos sistemas Rio Grande com Alto Tietê e Paraíba do Sul com Cantareira. No que toca às perdas de água, contudo, não houve progresso significativo, só um pequeno avanço de 2016 (31,8% de desperdício) para 2017 (30,7%). São índices muito similares ao que se observava antes da crise hídrica (31,2% em 2013) e dentro da média nacional. Compete à Sabesp trabalhar melhor para conter, no estado mais desenvolvido do país, tamanha ineficiência. Mas isso toma tempo; é importante que paulistanos e seus vizinhos cultivem hábitos de economia de que se mostraram capazes nos tempos de emergência.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Colunas

**Autor:** Benjamin Steinbruch

**Título:** A batata e suas lições

Os interesses da Petrobras, com sua política de preço, foram colocados acima dos do país

Empresário e diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

Nos anos 1990, uma multinacional de telecomunicações lançou um sofisticado sistema que iria criar um serviço de comunicação mundial via satélite. Cerca de 70 satélites foram colocados em órbita da Terra para conectar telefones celulares. O projeto era genial, um ovo de Colombo, e não tinha como dar errado.

Em qualquer lugar do mundo em que a pessoa estivesse, fosse na floresta amazônica ou no meio do oceano Pacífico, poderia se conectar via satélite. Mais de US\$ 1 bilhão foi investido no projeto, e o retorno parecia indiscutível, porque seriam abandonados os sistemas convencionais, que usam milhares e milhares de antenas instaladas em terra.

A despeito da expectativa favorável, o projeto não deu certo. Além de problemas técnicos, o sistema falhou porque era caro demais para os usuários. Os formuladores se esqueceram de que, do outro lado, havia um consumidor que, a despeito do enorme avanço e da praticidade do sistema, não queria pagar o custo elevado de uma assinatura desses celulares globais.

Guardadas as devidas diferenças, algo parecido aconteceu na Petrobras. Desde julho, a direção da companhia adotou uma política de preços que prevê reajustes até diários dos combustíveis — inclusive do óleo diesel, essencial para o transporte de cargas —, acompanhando paripassu as cotações do dólar e do petróleo no mercado internacional no papel, ou nas planilhas, o plano parecia perfeito, outro ovo de Colombo.

Repassando os aumentos de custos dia a dia, a Petrobras estaria salva de prejuízos e poderia inclusive recuperar perdas de anos anteriores. No primeiro trimestre deste ano, a estatal já obteve um lucro de quase R\$ 7 bilhões. Ocorre que do outro lado havia o consumidor, aquele que compra os combustíveis. Os postos repassaram os aumentos da fornecedora estatal para os preços na bomba, e o consumidor, obviamente, não gostou de pagar os reajustes.

Até porque a formação de preços passou a acompanhar movimentos especulativos que atingem o mercado do petróleo e provocam flutuações constantes nos preços, o que os economistas chamam de volatilidade. Então, com um mínimo de organização, hoje mais fácil em razão da comunicação via mídias sociais, o consumidor principal do óleo diesel reagiu. Foi o que aconteceu no fim de maio, quando os caminhoneiros entraram em greve espalhada via aplicativos por todo o país.

Houve aproveitamento político da crise, mas a origem dela é claríssima: o preço do óleo diesel. Os interesses da Petrobras, por mais defensáveis que fossem, foram colocados acima dos interesses do país. Com sua política de preços, a estatal conseguiu importar o processo especulativo do mercado do petróleo, principalmente por causa do embate entre Irã e Estados Unidos. Setores estratégicos, especialmente os monopolistas, não podem ser administrados dessa forma, sob pena de provocar desastres como o de maio.

Com a obstrução do transporte rodoviário pelos grevistas, o abastecimento geral do país foi prejudicado, de combustíveis nos postos a batatas nos supermercados. Os preços dos alimentos dispararam, e a cesta básica aumentou 4,61% em São Paulo em uma semana, tendo a batata comandado a alta, de 102% no período. Nem nos tempos da hiperinflação dos anos 1980 os brasileiros haviam visto um bloqueio tão grande no fornecimento de combustíveis. Viagens/oram adiadas, reservas em hotéis, canceladas, e o feriadão de Corpus Christi, perdido.

Alguns especialistas estimaram o prejuízo geral de R\$ 80 bilhões para o país. Ficou caro, mas foi uma lição e tanto

**VEÍCULO: Folha de S. Paulo****Seção: Mercado****Autor: Júlio Wiziack****Título: Para manter influência após Temer, MDB prepara loteamento de agências**

Há 15 cargos disponíveis nos organismos que regulam setores como saúde, energia e mineração

Brasília- Para tentar manter sua influência quando o presidente Michel Temer deixar o cargo, o MDB decidiu incorporar todas as vagas de diretoria disponíveis nas agências reguladoras. O partido escolherá 15 nomes até o final deste ano, sendo seis para o comando das autarquias. As indicações serão feitas pelo Senado e as negociações são conduzidas pelo ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun (MDB-RS). Procurado pela Folha, Marun nega que esteja liderando o processo e lembra que todos os nomes indicados terão de ser referendados pelo Senado.

A decisão de Temer é uma forma de compensar o MDB, partido que mais perdeu espaço no Congresso. Devido à migração partidária encerrada em abril, foram seis vagas a menos na Câmara. O MDB deixou de ser a maior bancada — a liderança agora é do PT— e empatou com o PP (Partido Progressista), com 51 deputados na segunda colocação. A ideia de Temer é deixar que cada senador emedebista apadrinhe uma indicação, uma forma de tentar recompor a relação do presidente com senadores descontentes com o partido, como Renan Calheiros (AL) e Eunício Oliveira (CE).

O órgão mais disputado é a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que terá três de suas cinco vagas abertas —incluindo o comando. O atual diretor-geral Romeu Ru-fino encerra o segundo mandato em agosto e não poderá ser reconduzido. O MDB quer o diretor André Pepitone no comando da Aneel. Ele está na agência desde 2010, é um dos técnicos mais conhecidos do setor e com forte ligação com o partido. No final de 2017, Temer já tinha indicado Rodrigo Limp e Sandoval Feitosa para ocupar duas vagas da agência.

Consultor legislativo, Limp foi indicado pelo DEM, partido do presidente da Câmara, Rodrigo Maia. Feitosa foi conduzido pelo senador emedebista Edson Lobão e pelo ex-senador José Sarney. Ambos atuam para fazer mais indicações em outras agências. Para a Anatei (Agência Nacional de Telecomunicações), Lobão e Sarney recebem visitas de diversos pelo comando da agência, que estará vago a partir de novembro, quando vence o mandato do atual presidente Juarez Quadros.

Quadros foi indicado pelo atual ministro das Comunicações Gilberto Kassab (PSD-SP), mas sofreu desgastes com o ministro e o Planalto ao longo de seu mandato. Mesmo assim, senadores do MDB e de outros partidos tentam viabilizar sua recondução ao cargo. Também disputam o posto o atual secretário de Inovação, Maximiliano Martinhão, e o atual conselheiro da Anatei, Leonardo Euler.

No entanto, líderes do MDB do Senado trabalham por outro nome que já chegou até Marun, mas ainda está sob sigilo. Criada no final do ano passado, a ANM (Agência Nacional de Mineração) terá cinco postos a serem preenchidos. Na área de transporte e logística, o MDB indicará o presidente da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e o diretor-geral da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Ambos os nomes mais cotados são ligados ao MDB e já exercem mandatos.

São eles: Marcelo Vinaud (ANTT) e Adalberto Tokarski (Antaq). Na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), o atual diretor-geral, Jarbas Barbosa terá seu primeiro mandato vencido em julho e não deve ser reconduzido. Na ANS (Agência Nacional de Saúde) há duas vagas na diretoria, sendo uma de presidente, e na Ancine (Agência Nacional do Cinema), uma diretoria. Aprovada no Senado há mais de um ano, a Lei Geral das Agências Reguladoras define critérios para dificultar as indicações políticas.

O projeto, porém, parou na Câmara. Para minimizar ingerências, o projeto prevê experiência técnica do indicado na área, amplia o mandato para cinco anos (hoje são quatro), mas impede recondução. Os nomes continuarão a ser uma indicação do presidente da República e caberá ao Senado sabatiná-los. Decisões importantes passam pelo crivo das agências reguladoras que, pela regra, devem ser independentes de influência política para tomarem decisões técnicas.

A Aneel, por exemplo, conduzirá a capitalização da Eletrobrás e a venda de suas seis distribuidoras. A ANM vai implementar o novo marco legal na mineração para atrair investimentos. A Anatei aguarda a aprovação da nova legislação do setor que deve mudar os contratos de concessão para priorizar investimentos estimados em R\$ 34 bilhões, principalmente em banda larga.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona

**Título:** AGU derruba liminar contra a venda de distribuidoras da Eletrobrás

RIO DE JANEIRO- A AGU (Advocacia Geral da União) e a Eletrobrás reverteram nesta segunda-feira (n) liminar que suspendia a venda de distribuidoras de

energia controladas pela estatal. A concorrência ainda não tem data marcada, mas a Eletrobrás havia estipulado com limite a data de 31 de julho. Depois, estudaria a liquidação das concessões.

Os sindicatos ligados à empresa iniciaram nesta segunda (11) greve de 72 horas contra a privatização da estatal. A liminar havia sido obtida na última terça (6) por sindicatos de trabalhadores ligados à Eletrobrás, alegando que não havia estudos de impacto da privatização sobre os empregados. No pedido de suspensão, AGU e Eletrobrás disseram que a decisão coloca em risco o abastecimento de energia no Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima, onde estão localizadas as empresas. Caso as empresas não sejam privatizadas, diz a estatal, a opção é liquidar as concessões, que foram herdadas após o processo de privatização do setor, diante dos prejuízos.

"A alienação permitirá que a Eletrobrás transfira sociedades ainda deficitárias, porém minimamente, para a iniciativa privada, com a manutenção do serviço público e de empregos", disse a AGU. Os sindicatos de trabalhadores da Eletrobrás dizem que 85% do efetivo aderiram à greve. Houve protesto em frente à sede da empresa, no centro do Rio. Em assembleia, aprovaram indicativo de greve por tempo indeterminado a partir do dia 25 e rejeitaram proposta de reajuste feita pela empresa, de 1,18%.

Eles se reunirão novamente nesta terça (12) para definir o rumo da paralisação, já que o TST (Tribunal Superior do Trabalho) determinou a garantia de acesso ao trabalho a pelo menos 75% do efetivo. Procurada, a Eletrobrás não se manifestou.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Greve da Eletrobrás pede saída do presidente

Rio de Janeiro e São Paulo- Uma greve de 72 horas convocada por sindicatos de trabalhadores da Eletrobrás tem como "maior risco" para a companhia a exigência da categoria de que o presidente da elétrica, Wilson Ferreira Jr., entregue o cargo, avaliaram analistas da corretora Brasil Plural nesta segunda-feira.

A paralisação iniciada nesta segunda-feira, em protesto também contra os planos do governo de privatizar a Eletrobrás, lembra um movimento dos petroleiros recente, no qual sindicatos pediram a demissão do então presidente da Petrobras Pedro Parente, além de mudanças na política de preços da estatal.

A Petrobras conseguiu na época que a greve fosse considerada ilegal, devido à pauta dos sindicatos, considerada política, mas o Tribunal Superior do Trabalho negou um pedido da Eletrobrás e subsidiárias da companhia para definir como "abusiva" a paralisação. Os analistas da Brasil Plural, no entanto, avaliam que o protesto dos eletricitários "tem espaço limitado para influenciar no cenário político, o que impede uma insatisfação generalizada com a empresa e o seu presidente".

Na Petrobras, por exemplo, a vitória da companhia sobre a greve não foi suficiente para impedir que seu presidente Pedro Parente entregasse o cargo pouco depois, em meio a pressões crescentes contra sua política para os preços dos combustíveis. "Apesar dos riscos intrínsecos, por enquanto nossos analistas estão céticos em relação a uma possível substituição (no comando da Eletrobrás)", afirmaram em nota os especialistas da Brasil Plural.

Segundo fontes da Eletrobrás, Ferreira está "incomodado" com campanha contra ele, mas tem dito a pessoas próximas que não pretende deixar o cargo. "Se depender exclusivamente dele, não cederá às pressões e ficará no comando da Eletrobrás", disse uma das fontes, que falou sob a condição de anonimato. Ferreira, que antes presidiu a privada CPFL Energia e chegou à Eletrobrás em julho de 2016, é bem avaliado por especialistas e pelo mercado por seu plano de reestruturação da companhia que inclui vendas de ativos para reduzir dívidas.

Mas ele é alvo de protestos de sindicalistas devido às propostas de privatização e outras polêmicas, como uma ocasião em que referiu-se a parte dos funcionários como "vagabundos". O executivo posteriormente pediu desculpas em um vídeo interno, mas o episódio é sempre lembrado pelos sindicatos nas paralisações e em publicações internas.

A Eletrobrás tentou qualificar a greve como "abusiva" junto à justiça, mas o TST entendeu que o movimento é legítimo porque está vinculado a "interesses econômicos, sociais e profissionais dos trabalhadores". O tribunal determinou apenas que sejam mantidos em serviço 75 por cento dos empregados em cada uma das subsidiárias da Eletrobrás durante a greve. A paralisação na estatal vem em um momento em que o governo do presidente Temer vê quase naufragados seus planos de privatização para a companhia. O projeto de lei sobre o tema não avança na Câmara.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:** Nicola Pamplona

**Título:** DF e 10 estados represam queda do diesel uma semana após paralisação

Pesquisa mostra que em 5 unidades da Federação houve alta e em 6 estados caiu menos de R\$ 0,10

Rio de Janeiro- Na primeira semana após a concessão de subsídios ao óleo diesel, em quatro estados brasileiros e no Distrito Federal o preço do combustível permaneceu mais caro do que antes da greve dos caminhoneiros. Em outros seis, o preço caiu menos de R\$ 0,10. Em acordo com os caminhoneiros, o governo Michel Temer concedeu subsídio de R\$ 0,30 ao preço do diesel nas refinarias e importações e reduziu impostos, com a promessa de cortar o preço na bomba em R\$ 0,46 por litro.

Na média nacional, porém, a queda foi de apenas R\$ 0,11 na comparação com a semana anterior à paralisação dos caminhoneiros, de acordo com a pesquisa semanal de preços da ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás e Bio combustíveis). Depois do início da paralisação, que causou grave crise de desabastecimento, a pesquisa mostrou que os preços dispararam.

O governo definiu que a data de referência para fiscalizar os repasses é o dia 21 de maio, dia em que a paralisação dos caminhoneiros começou em todo o país. A Fecombustíveis (Federação do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes), porém, contesta os resultados e diz que a pesquisa da ANP tem problemas na coleta dos dados.

As distribuidoras disseram que a recomendação é repassar o desconto de forma integral. A pesquisa de preços da ANP mostra que em Pernambuco, Acre, Alagoas e Maranhão, o diesel ainda está mais caro do que antes da paralisação. Em outros seis estados — Bahia, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Roraima e Tocantins— a redução com relação ao valor vigente antes da greve dos caminhoneiros é menor do que R\$ 0,10 por litro.

Na Paraíba, foi de apenas R\$ 0,01. No período, as maiores quedas registradas pela ANP ocorreram no Amapá (R\$ 0,25 por litro) e em Sergipe (R\$ 0,25 por litro). Em São Paulo, a redução média no preço do diesel foi de R\$ 0,12 por litro. O governo reconheceu que os repasses não chegariam a R\$ 0,46 em um primeiro momento, limitando-se ao máximo de R\$ 0,41 por litro.

O restante dependeria de renovação de estoques dos postos e corte de impostos estaduais. Nesta segunda-feira (11), os governos de Alagoas, Paraíba e Tocantins anunciaram redução no preço de referência usado para o cálculo do ICMS sobre o diesel. Se juntam, assim, a São Paulo e Espírito Santo.

No Rio, o governo Luiz Fernando Pezão aumentou o preço de referência no fim do mês, mas na semana passada sancionou lei reduzindo de 16% para 12% a alíquota do ICMS. O presidente da Fecombustíveis, Paulo Miranda, disse à Folha

que já apresentou à agência reclamação sobre a coleta de dados para a pesquisa. Ele questiona a regularidade das visitas aos postos.

A coleta dos dados é feita por empresa contratada pela agência em 459 municípios, geralmente de segunda a quarta, todas as semanas. Os resultados são divulgados às sextas. Miranda reclama ainda da data fixada pelo governo como referência para a fiscalização, dizendo que os postos ainda não tinham repassado aumentos promovidos pela Petrobras no preço do combustível no fim da semana anterior. A ANP disse que recebeu sugestões da Fecombustíveis e está analisando o tema.

Afirmou ainda que a pesquisa serve de referência para o mercado e órgãos governamentais. A Plural, associação que representa as distribuidoras, disse que suas filiadas "estão empenhadas desde o dia 1º de junho no repasse dos descontos que recebem da Petrobras no óleo diesel". A entidade, porém, afirma que não tem ingerência sobre as políticas comerciais de suas associadas.

**VEÍCULO:** Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado

**Autor:**

**Título:** Incerteza eleitoral preocupa indústria do petróleo

San Diego (EUA) - As eleições em países latino-americanos se tornaram um foco de preocupação para petroleiras internacionais. Elas temem que a onda pró investimento estrangeiro que justificou investimentos bilionários na região nos últimos anos esteja perto do fim.

Três importantes destinos de investimentos do setor, Brasil, México e Colômbia têm eleições presidenciais em 2018. A Argentina, outro país considerado importante, escolherá novo presidente em 2019. "É um ano eleitoral em países-chave e a pergunta que fica é: o que isso significa para nós?", questionou Cecília de La Macorra, diretora de Assuntos Governamentais para a América Latina da Exxon durante a XXVI La Jolla Energy Conference, evento anual que em 2018 teve as eleições latino-americanas como tema principal.

"É um momento excepcional, porque candidatos muito à esquerda ou populistas parecem ter mais apoio do que em anos anteriores", diz Raúl Gallegos, diretor da consultoria ControlRisks, baseada em Londres. Na Colômbia, pela primeira vez, um candidato ligado à esquerda tem chance de chegar à presidência: no dia 28 de maio, o ex-guerrilheiro Gustavo Petro teve 25% dos votos e disputará o segundo turno com Iván Duque, ligado ao ex-presidente Álvaro Uribe.

No México, o líder das pesquisas é Andrés Manuel Lopes Obrador, que fala em rever a reforma energética que abriu o país a companhias privadas. "A esquerda já esteve perto de vencer no México, mas nunca esteve tão perto", afirma Gallegos. Desde o início de 2017, o México realizou nove leilões, nos quais 75 empresas de 20 países adquiriram 107 áreas exploratórias. Duas outras rodadas estão em curso neste momento. No Brasil, em cinco leilões realizados pelo governo Temer, as petroleiras se comprometeram, em parceria com a Petrobras ou sozinhas, a pagar R\$ 21,1 bilhões apenas para a assinatura dos contratos.

Elas defendem que o apetite responde a mudanças regulatórias promovidas pelo governo Temer, como o fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal e a redução dos compromissos de compra de equipamentos no país. Entre os pré-candidatos a presidência, porém, Lula (PT) e Ciro Gomes (PDT) já falaram em rever as regras. Jair Bolsonaro (PSL), que lidera o cenário sem Lula, é visto pelo setor como uma incógnita.

Normalmente avessa a comentários públicos, a Exxon Semana encerrada em: Diferença, em R\$ 4,358 4,447 apela ao "pragmatismo" dos governos que serão eleitos este ano. "O cenário global hoje é bem competitivo. Há muitas oportunidades de investimento", disse a diretora da companhia. "Meu recado é: não entrem em pânico", ponderou Gallegos. Ele acha que Obrador e Petro não teriam apoio legislativo suficiente para mudanças profundas na legislação atual. No Brasil, diz, a história mostra preferência por candidatos de centro, com menos risco de mudanças profundas nas regras do setor. NP

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA Leticia Pakulski / SÃO PAULO**

**Título: Indefinições sobre tabela do frete travam transporte de carga no País**

Reflexos da greve. Atraso no embarque de mercadorias do agronegócio chega a 11 dias e já afeta as exportações, segundo o ministro da Agricultura, Blairo Maggi; sem uma definição sobre os preços, empresas optaram por adiar entregas

O As idas e vindas do governo em torno da tabela com o preço mínimo do frete rodoviário desencadearam um segundo capítulo da paralisação dos caminhoneiros. Embora não haja mais bloqueio nas estradas, a indefinição do custo dos transportes está fazendo com que empresas adiem os embarques de mercadorias, com reflexos na exportação e na produção. Os dados do setor privado que chegaram à mesa do ministro da Agricultura, Blairo Maggi, apontam para um atraso de 11 dias nos embarques do agronegócio.

"Deixamos de exportar 450 mil toneladas por dia", disse ao Estadão / Broadcast. É o suficiente para carregar 60 navios. Mas, sem carga, eles ficam parados no porto, sujeitos a uma cobrança diária de US\$ 25 mil. O quadro foi confirmado pelo diretor-geral da Associação Nacional de Exportadores de Cereais (Anec), Sérgio Mendes. "O mercado continua completamente parado. Tem 10 milhões de toneladas já vendidas e paradas no interior e 50 navios de soja ao largo dos portos esperando resolver essa situação para poder embarcar", disse.

Segundo ele, há outros 60 navios chegando aos portos brasileiros e correndo o risco de enfrentar o mesmo problema. Na produção industrial, também há cargas paradas. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as empresas já enfrentam dificuldades para obter insumos. "O País está parado", afirmou Wallace Landim, o "Chorão", uma das lideranças dos caminhoneiros autônomos. Ele esteve ontem na sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para discutir um ajuste na tabela do frete.

O tabelamento do preço mínimo para o frete rodoviário – decisivo para acabar com a paralisação dos caminhoneiros – virou uma armadilha para o governo. Sob pressão, já foram editadas duas versões da tabela. A primeira – que é a que está em vigor hoje – atendeu os caminhoneiros, mas revoltou o agronegócio, que fala em aumentos de até 150% nos preços. A segunda procurou aliviar o custo dos produtores, mas contrariou os caminhoneiros. O governo a revogou. Uma terceira versão está em discussão desde o fim da semana passada. "É uma balbúrdia danada", disse o presidente executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut), Luis Henrique Baldez.

Ele confirmou que há represamento da carga. "Não é represália aos caminhoneiros. É por causa da indefinição de preços." Segundo Baldez, o agronegócio não contrata caminhoneiros autônomos, e sim transportadoras. Essas, por sua vez, recrutam os autônomos quando sua equipe é insuficiente para dar conta do serviço. "Se eu contrato essa empresa, tem de ser pelo frete mínimo?" A Associação dos Transportadores Rodoviários (ATR) ingressou com uma ação de inconstitucionalidade contra a tabela.

No Supremo Tribunal Federal (STF), o caso deverá ficar com o ministro Luiz Fux. A CNI pretende fazer o mesmo esta semana. Outras entidades, como a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) e a Anec também procuraram a Justiça. Na semana passada, o tabelamento chegou a ser suspenso para duas empresas por uma decisão judicial, mas a liminar foi derrubada na sexta-feira. / COLABOROU CLARICE COUTO

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo****Seção: Economia****Autor: Márcia de Chiara****Título: Cargas do Nordeste são as mais afetadas**

Custo do transporte ficou mais caro para empresas de regiões mais distantes do Sudeste; fabricantes começam a migrar para a cabotagem

Indústrias com fábricas localizadas em regiões mais distantes do País, no Nordeste e Sul, que precisam mandar seus produtos para o Sudeste, o principal mercado consumidor, enfrentam dificuldades para despachar mercadorias. Com o tabelamento do frete, o custo desse transporte aumentou cerca de 150%. Fabricantes de linha branca e de eletroportáteis instaladas no Nordeste têm cerca de uma semana de produto faturado e parado em seus depósitos por causa do encarecimento do chamado "frete de descida", segundo José Jorge do Nascimento Júnior, presidente da Eletros, associação que reúne os fabricantes de eletroeletrônicos.

Esse tipo de frete, tradicionalmente, une as regiões com menor volume de saídas e os grandes centros comerciais a um custo inferior ao de um frete normal. Isso porque utiliza caminhões que, na prática, voltariam sem carga para o Sudeste. Mas, com as mudanças nas regras, o valor desse frete foi nivelado para cima. "Virou um leilão o mercado de frete", diz Anete de Castro, vice-presidente da Mallory, fabricante de eletroportáteis, com fábrica em Maranguape, no Ceará.

Por causa do custo elevado de transporte, que subiu 150% do Nordeste para o Sudeste e pela falta de caminhões, até quarta-feira da semana passada a empresa tinha o equivalente a uma semana de produtos faturados e parados no depósitos. A partir de quinta-feira, conta a executiva, 30% das mercadorias começaram a ser despachadas por navegação de cabotagem, do Porto de Pecém (CE) para o Porto de Santos (SP). Também uma pequena parcela está vindo de caminhão. Ela conta que há caminhoneiros com a mercadoria já embarcada que desistem do frete para o Sudeste porque recebem uma oferta de preço melhor, dada a escassez de transporte.

Anete diz que já faltam itens da sua marca nas lojas do Sudeste e que está renegociando com os varejistas o aumento de custo de transporte, que normalmente corre por conta do fabricante. "A situação só não está pior porque a fábrica está em férias coletivas, programadas anteriormente." Os problemas enfrentados pela Mallory para trazer produtos para o Sudeste também viraram rotina de várias outras indústrias instaladas no Nordeste.

A Esmaltec Eletrodomésticos, por exemplo, que produz fogões e geladeiras na região metropolitana de Fortaleza (CE), informa, por meio de nota, que "após a divulgação da tabela de fretes mínimos pela ANTT, em 31 de maio, tem buscado modais alternativos, como a cabotagem, no intuito de minimizar os impactos no transporte de seus produtos, até que haja uma posição definitiva do governo". A empresa esclarece que, até o momento, o aumento dos custos não foi repassado para os clientes, mas, caso esse cenário persista, haverá impacto nos preços dos produtos para os revendedores e, conseqüentemente, para os consumidores finais, diz o comunicado.

No Sul, a situação não é diferente. O diretor de Relações Institucionais do Instituto Brasileiro do Vinho (Ibravin), Carlos Paviani, diz que companhias gaúchas produtoras começam a cancelar as vendas da bebida para outras regiões do País. "Uma companhia associada, por exemplo, cancelou o envio de uma carga de Bento Gonçalves (RS) para Fortaleza (CE) após o preço do frete subir de R\$ 18 mil para R\$ 45 mil", alta de 150%, explicou. A carga seguiria para animar as tradicionais festas juninas da região. Inviabilidade.

"Alguns produtos simplesmente ficaram inviáveis com o preço do frete", resume gerente de Relacionamento com o Poder Executivo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Pablo Cesário. 70% do preço da cal, usada como insumo na produção de cimento e na agricultura, é custo de transporte. A CNI pretende ingressar ainda esta semana com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra a fixação do preço mínimo do frete./ COLABORARAM LU AIKO OTTA E GUSTAVO PORTO

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Fernando Nakagawa / BRASÍLIA

**Título:** Combustível fez cimento subir 5%, diz CBIC

Representante da construção civil se reuniu com Temer para reclamar da política de preços da Petrobrás

A lista de insatisfeitos com a política de preços da Petrobrás continua crescendo. Depois dos caminhoneiros, o setor da construção civil reclamou ao presidente Michel Temer dos reajustes frequentes. O presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), José Carlos Martins, deu como exemplo o aumento recente de 5% no preço do cimento e de 3% no aço provocado pelos combustíveis mais caros. Segundo Martins, a manutenção dessa política pela estatal pode gerar desemprego na construção.

Ele disse aos jornalistas que, se a política de preços da Petrobrás for mantida, será preciso adotar algum ajuste para que "as construtoras sobrevivam". O problema levado a Temer é o descasamento entre custos em alta e dificuldade contratual de repassar o aumento aos clientes. O caso mais grave ocorre no setor público. "Como vou incluir no preço de um projeto um aumento de 20% ou 30% como ocorrido recentemente? O Tribunal de Contas da União certamente vai dizer que é superfaturado", disse. Para pessoas físicas, construtoras podem repassar o aumento a cada ano.

"É preciso ter o mínimo de previsibilidade", afirmou Martins, ao reclamar do monopólio da Petrobrás no Brasil. O executivo disse que na reunião com Temer tratou apenas da política de preços da Petrobrás e não da tabela de fretes. Mas reconheceu que os temas são relacionados e que a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o tabelamento "pode ser uma saída". Há pouco mais de um mês a CBIC já havia reclamado da política de preços com Pedro Parente, então presidente da estatal.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Vale destrava aporte de US\$ 1,7 bi no Canadá

Com investimento, companhia reforça posição em metais considerados estratégicos por serem usados na fabricação de baterias de carros elétricos

A Vale fechou contratos de venda antecipada de cobalto, com entrega a partir de 1.º de janeiro de 2021, que vão permitir destravar investimentos de US\$ 1,7 bilhão para a expansão da mina de Voisey's Bay, no Canadá, informou ontem a mineradora. O projeto – o primeiro anúncio de investimento significativo da empresa nos últimos anos – vai estender a vida da mina canadense, liberando acesso da Vale a reservas de níquel, cobre e cobalto.

Localizado em Labrador, o projeto é considerado importante porque reforça a posição da mineradora no que tem sido considerado a nova fronteira dos metais, por serem cruciais na produção de baterias para os carros elétricos. Os acordos, fechados em separado com a Wheaton Precious Metals Corp (Wheaton) e Cobalt 27 Capital Corp, preveem um pagamento antecipado de US\$ 690 milhões à Vale e vão ajudar a companhia a financiar a expansão, que será feita por meio da montagem de uma mina subterrânea.

Ainda estão previstos no acordo pagamentos adicionais de 20%, em média, dos preços de cobalto vigentes no momento da entrega do produto. Segundo a mineradora, a transação de venda antecipada da commodity melhora o retorno

financeiro sobre o capital investido no projeto para mais de 35% ao ano, considerando o consenso de mercado dos preços. "O projeto está, portanto, alinhado com o rigoroso processo de alocação de capital da Vale, no qual projetos devem ser capazes de gerar retornos aos preços atuais de mercado, em vez de depender de expectativas de aumentos futuros de preços", disse a empresa em comunicado.

O pagamento antecipado será feito integralmente na conclusão da transação, com US\$ 390 milhões a serem pagos pela Wheaton e US\$ 300 milhões pela Cobalt 27, e equivale a 40% do investimento do projeto. Transição. O complexo começou a funcionar em 2005, e, desde então, já gerou cerca de US\$ 15 bilhões. A expansão da vida da mina vai aumentar, em média, as produções anuais estimadas em aproximadamente 45 mil toneladas de níquel, 20 mil toneladas de cobre e 2,6 mil toneladas de cobalto. A Vale adicionou que, para uma transição suave da operação com lavra a céu aberto para a subterrânea, a produção de níquel da mina de Voisey's Bay será mantida em 38 mil toneladas por ano de 2018 a 2020, atingindo entre 45 mil e 50 mil toneladas por ano de níquel contido no concentrado a partir de 2024. / RODRIGO PETRY, ESPECIAL PARA O ESTADO, COM REUTERS

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Denise Luna, Fátima Laranjeira e Anne Warth

**Título:** Eletrobrás derruba liminar e retoma venda de distribuidoras

Subsidiárias devem ser privatizadas até dia 31 de julho; leilão estava suspenso por liminar obtida por trabalhadores

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 1.ª Região (TRT-1), desembargador Fernando Antonio Zorzenon da Silva, suspendeu a liminar que impedia a realização do leilão das distribuidoras da Eletrobrás até que a empresa apresentasse um estudo sobre o impacto que a operação teria para os trabalhadores dessas empresas.

Em sua decisão, o desembargador questionou a competência da 49.ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que concedeu a liminar, para decidir sobre o caso. Ele citou que cabe às varas trabalhistas dos locais onde as empresas atuam decidir sobre casos dessa natureza. "Assim, embora indubitável tratar-se de dano que extrapola os limites de uma unidade da Federação (suprarregional), não se pode afirmar ser um dano de abrangência nacional", afirmou. O desembargador destaca que os empregados representados pelos sindicatos que entraram na justiça não prestam serviço no Rio.

A Justiça trabalhista no Rio concedeu uma liminar, no início do mês de junho, a favor dos sindicatos de trabalhadores das distribuidoras da Eletrobrás que suspendeu o leilão até que a Eletrobrás apresente um estudo com os impactos que a desestatização traria para os empregados. As distribuidoras atuam nos Estados de Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Piauí e Alagoas e devem ser privatizadas até 31 de julho. O Tribunal de Contas da União (TCU) já aprovou o edital, que deve ser publicado nos próximos dias pelo BNDES, logo após a publicação de resolução do Conselho do Programa de Parceria de Investimento (PPI) com as adaptações determinadas pelo TCU.

A Eletrobrás informou que, coma suspensão da liminar, retomará os procedimentos relativos à desestatização dessas empresas.

Greve. Os empregados da Eletrobrás vão manter a greve iniciada ontem até pelo menos às 8h de hoje, quando serão realizadas assembleias nas portas das subsidiárias da estatal para decidir se o movimento prossegue. Por decisão do Tribunal Superior do Trabalho, os empregados podem fazer greve, mas têm de manter 75% do quadro funcional em operação ou pagar multa de R\$ 100 mil por dia.

"Nossos advogados do Coletivo Nacional dos Eletricitários está em Brasília tentando reverter essa posição (dos 75%)", informou o diretor da Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel), Emanuel Mendes. Com esse porcentual, a greve fica praticamente inviabilizada.

Na assembleia feita ontem na porta da sede da empresa no centro do Rio, cerca de 100 pessoas pediram, com cartazes, a saída de Wilson Ferreira Pinto Jr., presidente da estatal. A saída do executivo é uma das reivindicações da greve, que também pede a suspensão da privatização da venda das distribuidoras deficitárias da Eletrobrás; das 70 SPEs (Sociedade de Propósito Específico) de transmissão e energia eólica; e a capitalização sem a participação do governo, para diluir o capital público na companhia.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Política

**Autor:** Denise Rothenburg

**Título:** Ciclo vicioso

Diante da impopularidade do governo, parlamentares fizeram chegar o seguinte recado ao presidente Michel Temer: "Não venha com projetos polêmicos, porque não vamos aprovar nada nesse sentido". A base aliada simplesmente entrou no "modo eleição", ou seja, em Brasília, cumprir a pauta que for só para

receber aplausos. E, é aí, que mora o perigo.

Para corrigir rumos da economia, o governo precisaria aprovar propostas polêmicas, como a privatização da Eletrobrás. A base não quer nem vai dar espaço. Sendo assim, difícil retomar a confiança do mercado na melhoria dos indicadores econômicos. Portanto, preparem os cintos. Piloto com capacidade de domar o Congresso, talvez, em 2019. O presidente Temer, entretanto, não vai jogar a toalha. Ele, como garantiu ontem a aliados, continuará governando como se não existisse desgaste.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Por Cláudia Schüffner | Do Rio

**Título:** PPSA quer fazer novo leilão da produção da União no pré-sal

A Pré-Sal Petróleo (PPSA) vai repetir na B3 o leilão de contratos referentes à produção futura de petróleo nos campos de Mero (ex-Libra), Lula e Sapinhoá realizado dia 30 de maio e que não recebeu propostas. Naquele dia a PPSA ofereceu três contratos para comercialização da fatia da União nessas áreas, mas a Shell, única empresa inscrita, não fez oferta.

Pelo modelo do leilão, iria ganhar quem oferecesse a maior oferta de ágio sobre o preço de referência do petróleo calculado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Se não houvesse nenhuma oferta de ágio, o que acabou acontecendo, a regra previa que seriam aceitas propostas de deságio, vencendo quem oferecesse o menor em relação ao preço de referência. Mas nesse momento a PPSA informou que o deságio seria de zero e não teve oferta.

Procurada, a Shell informou que não iria comentar. O diretor de gestão de contratos da PPSA, Hércules Silva, afirma que a empresa está procurando entender as razões do insucesso. "Pode ter sido a logística, o volume pequeno ou algum impacto negativo de tributos. São coisas que estamos avaliando para fazer um novo leilão ainda este ano", disse.

Outro ponto importante diz respeito à impossibilidade de o petróleo ser vendido por um preço menor que o de referência da ANP, que ainda está abaixo do mercado internacional e corrigido gradualmente. Quando o edital foi publicado, o texto da MP 811 permitia a venda do petróleo com deságio. Mas na Câmara essa possibilidade foi retirada. A PPSA afirma que não tinha como prever isso e decidiu não aceitar o deságio no leilão "para atuar em linha com a legislação que será sancionada em breve pelo presidente da República".

O presidente Michel Temer ainda não sancionou o projeto de lei de conversão nº 9, antiga MP 811, que autoriza a PPSA a comercializar diretamente o petróleo

da União. **O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, que preside o conselho de administração da PPSA, disse ao **Valor** que o projeto deve ser sancionado até o fim da semana.

No ano passado, quando tentou vender para "tradings" especializadas, a PPSA também teve problemas. As companhias não aceitaram informar o valor da venda para terceiros, o que é exigido da PPSA pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Com leilões na B3 a empresa pretendia dar mais transparência ao processo. A expectativa da PPSA era arrecadar R\$ 1 bilhão em 2018. Desses, R\$ 300 milhões se referiam à venda da fatia da União sobre a produção de petróleo em campos e R\$ 700 milhões com o pagamento de petróleo produzido onde foi feita a individualização da produção.

Com o avanço dos leilões de áreas para exploração no sistema de partilha de produção, a PPSA, passou a administração a parcela da União em dez contratos de partilha assinados por três operadores: Petrobras, Shell e Equinor (antiga Statoil).

É possível imaginar que a empresa chegue ao final da próxima década comercializando uma produção na casa de milhões de barris de petróleo por dia, já que a União terá direito a uma fatia expressiva da produção dos campos leiloados a partir do ano passado, quando foram realizadas duas rodadas do pré-sal, e deste ano, com ofertas de percentuais elevados da produção para a União, como a de Peroba (76,96% do excedente em óleo), Alto de Cabo Frio Central (75,80%).

Os últimos contratos, ainda não assinados, são para os campos de Uirapuru (que teve oferta de 75,49% do excedente), Dois Irmãos e Três Marias, leiloadas na 4ª rodada do pré-sal. A atribuição da PPSA cresce à medida que as áreas para exploração no sistema de partilha são adquiridas. O próximo leilão está marcado para setembro.

A missão da empresa é acompanhar os investimentos feitos pelas companhias, já que eles serão deduzidos do petróleo a que a União tem direito relacionada à produção desses campos.

Silva é cuidadoso quando fala sobre as estimativas de volumes de petróleo que a empresa vai gerenciar nas próximas décadas. "Não dá para quantificar volumes no momento, porque a maioria das áreas ainda está em fase de exploração", diz ele. "A PPSA será importante geradora de receitas para a União e o último leilão mostra que as empresas acreditam no potencial brasileiro. Quem já está [no pré-sal] quer reforçar a posição e quem está fora quer entrar", afirma o diretor.

Além de acompanhar os investimentos nos campos que operam sob o sistema de partilha - até o ano passado o único nesse modelo era Libra, no pré-sal da Bacia de Santos - a PPSA também representa a União em 23 acordos de individualização da produção (AIPs) em campos em fase de desenvolvimento ou já em produção em áreas relevantes e que estão atualmente em estágios distintos.

Esses acordos são necessários quando um campo de petróleo tem parte do reservatório fora da área concedida para uma empresa ou consórcio, seja no pré-sal ou fora dele.

Em 2018 a empresa já comercializou 1,25 milhão de barris de petróleo da União produzidos no campo de Mero.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Por Fabio Graner e Murillo Camarotto | De Brasília

**Título:** Governo avalia dispensar parecer da AGU sobre debate da cessão onerosa

Em um sinal de avanço nas negociações, o governo avalia recuar da decisão de pedir à Advocacia-Geral da União (AGU) parecer sobre a negociação do contrato de cessão onerosa entre o Tesouro e a Petrobras. A AGU até agora não recebeu formalmente o processo, embora participe informalmente da discussão, e autoridades do governo já admitem não encaminhá-lo ao órgão, conforme chegou a ser anunciado há algumas semanas. Ainda assim, uma solução ainda não foi encontrada e o tema segue pendente de um entendimento.

O principal impasse da negociação, que seria levado à AGU pela Fazenda, refere-se à questão sobre em qual moeda será referendado o acordo entre as partes em torno da revisão do contrato, assinado em 2010. Segundo fontes oficiais, essa disputa hoje chega a valores ao redor de R\$ 6,5 bilhões. O que ainda não está claro é exatamente a que se refere essa divergência bilionária.

Duas versões são mencionadas nos bastidores, apesar de o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, estar exercendo forte pressão sobre os participantes para que tudo seja mantido em sigilo, tendo exigido que todos assinassem um termo de confidencialidade.

A primeira versão é que a diferença se refere a pendências tributárias a serem pagas pela Petrobras no âmbito do contrato. Outra versão é que a divergência se deve, simplesmente, à diferença de taxa de câmbio considerada em 2010 e a atual, enquanto transcorre a negociação entre as partes sobre os 5 bilhões de barris que a União concedeu à empresa petrolífera.

Depois de um período de pausa, causado pela combinação entre a greve dos caminhoneiros e frustração com a falta de um acordo dentro da comissão do governo sobre a cessão onerosa, as conversas entre o comando da Petrobras e governo sobre o tema voltaram a se intensificar nos últimos dez dias.

O papel da AGU nesse caso não seria exatamente de arbitragem. O próprio governo reconhece que seria estranho que um órgão da União resolvesse a divergência, dado que a Petrobras é uma empresa estatal de capital aberto, com acionistas privados. No caso, ela daria um parecer para esclarecer a divergência que havia entre os ministérios da Fazenda, representando o Tesouro, e **Minas e Energia**, com uma visão mais próxima da Petrobras, especificamente nesse caso. Essa manifestação balizaria os próximos passos do governo.

A Fazenda quer encerrar a discussão sobre a cessão onerosa e resolver o mais rápido possível o impasse. O ministro Eduardo Guardia já disse publicamente que considera essencial que um acordo seja celebrado para viabilizar o leilão dos excedentes da área onde estão os 5 bilhões de barris entregues à estatal.

Oficialmente, o governo calcula que a área tem um potencial adicional de até 15 bilhões de barris, mas, como o **Valor** mostrou na semana passada, há pareceres apontando potencial de até 17 bilhões de barris excedentes. A visão da equipe econômica é que, sem um acordo entre União e Petrobras, um leilão fracassaria por conta das dúvidas dos potenciais investidores sobre o que exatamente será ou não explorado nas áreas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Por Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Com R\$ 850 milhões, BNDES incentiva energia solar

O BNDES prevê desembolsos de R\$ 850 milhões para projetos de geração de energia solar em 2018. O montante representa mais de 60% do total que o banco financiou para o segmento entre 2003 e 2017: R\$ 529 milhões. O banco, que definiu a energia solar como uma das prioritárias em sua política de financiamentos para o mercado elétrico, enxerga a fonte como uma área promissora e que pode seguir o caminho trilhado pela geração eólica no Brasil.

"Está começando a ter uma importância grande da energia solar na nossa política de financiamento, muito pelas condições que nós oferecemos e também muito pela demanda que está surgindo no mercado", afirmou o diretor de governos e infraestrutura do BNDES, Marcos Ferrari, ao **Valor**. "Temos condições muito boas para atender esse segmento", completou ele.

A atenção do BNDES é voltada não só a usinas solares de grande porte, que totalizam sete projetos na carteira, mas também para o desenvolvimento de projetos de micro e minigeração distribuída, a serem instalados nos tetos de residências, prédios, estacionamentos, etc. Nesse caso, a diretoria do banco aprovou a utilização de recursos do Fundo Clima para o financiamento para investimentos de pessoas físicas em energia solar.

Os recursos poderão ser contratados em operações indiretas apenas por meio de bancos públicos. Os limites do Fundo Clima alcançam 80% dos itens financiáveis, podendo chegar a R\$ 30 milhões a cada 12 meses por beneficiário, que pode ser pessoa física ou jurídica (empresas, governos municipais e estaduais e produtores rurais).

De acordo com a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar), a fonte solar deverá responder por 10% do parque gerador do país até 2030. Hoje, essa fatia é de menos de 1%, equivalente a 1,1 gigawatts (GW) instalados. As projeções serão detalhadas no Brasil Solar Power, evento do setor solar, nesta terça-feira, no Rio.

A geração de energia eólica continuará com destaque no portfólio do banco. A estimativa de desembolsos da instituição para empreendimentos do setor este ano alcança R\$ 4,5 bilhões.

As fontes eólica e solar lideram a previsão de desembolsos do banco na área de geração para este ano. Em terceiro lugar está a hidrelétrica (R\$ 740 milhões), seguida pela termelétrica (R\$ 590 milhões) e as pequenas centrais hidrelétricas (PCHs, com R\$ 445 milhões). O BNDES também prevê desembolsos de R\$ 3,3 bilhões para transmissão de energia e de R\$ 2,5 bilhões para distribuição.

Ao todo, o setor de energia deve totalizar desembolsos de R\$ 12,9 bilhões em 2018. O montante é 8,6% inferior ao do ano passado, de R\$ 14,112 bilhões, mas 27,4% superior aos 10,127 bilhões de 2016.

A área de energia elétrica teve relevância no relatório de efetividade do banco de 2017, referente aos anos de 2015 e 2016. De acordo com o documento, divulgado esta semana, o BNDES teve participação de 97% nos 7.550 megawatts (MW) de capacidade instalada de energia hidrelétrica adicionada no sistema brasileiro em 2015 e 2016. No mesmo período, foram adicionados 5.171 MW de energia eólica, que contou com 89% de participação do BNDES.

Em transmissão de energia, o banco esteve presente em 63% dos projetos que entraram em operação em 2015 e 2016, considerando a extensão das linhas. Ou seja os projetos que tiveram participação do banco foram responsáveis por

5,781 mil dos 9,117 mil km adicionados à rede básica de transmissão do país no mesmo período.

"[O relatório de efetividade] é uma coisa boa porque, como somos um banco público, obviamente saber se nossa ação está sendo efetiva, ou não, é importante. Entende-se como efetiva atender justamente ao objetivo ao qual foi dado o financiamento", explicou.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Por André Ramalho | Do Rio

**Título:** Diesel puxa o consumo de combustível em abril

O consumo de combustíveis, no Brasil, cresceu 5% em abril, na comparação com igual mês do ano passado, para cerca de 11,1 bilhões de litros. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o mercado brasileiro acumulou uma alta de 2% no primeiro quadrimestre, ante igual período de 2018.

Historicamente vinculadas à trajetória da economia nacional, as vendas de diesel subiram 11,3%, em abril, e 4,2% nos quatro primeiros meses do ano. A expectativa, contudo, é que o mercado registre uma queda em maio, devido aos impactos da greve dos caminhoneiros sobre o abastecimento nacional.

A comercialização de gasolina, por sua vez, caiu 7,6% em abril e 9,1% no quadrimestre. O recuo se deve, sobretudo, à perda de competitividade para o etanol hidratado, cujo consumo subiu 30,5% no mês retrasado. No ano, as vendas do biocombustível acumulam uma alta de 40,8%.

Esse crescimento, no entanto, não tem sido suficiente para impedir o recuo do mercado do Ciclo Otto (veículos que rodam a gasolina e/ou etanol), que é tradicionalmente associado ao comportamento da renda familiar. A queda acumulada do ciclo Otto, no quadrimestre, é de 1,6%.

Já o consumo nacional de gás liquefeito de petróleo (GLP), cujo principal mercado é o domiciliar, subiu 5,71% em abril. Nos quatro primeiros meses de 2018, houve um crescimento de 0,6% nos volumes vendidos.

Os dados da ANP mostram, ainda, uma queda de 30% nas vendas de óleo combustível em abril e de 18,5% no primeiro quadrimestre. A demanda pelo derivado está associada, sobretudo, ao despacho das termelétricas.

No mercado de aviação, a comercialização de querosene (QAV) subiu 10% em abril e 6,5% nos quatro primeiros meses. A gasolina de aviação também avançou 10% no mês retrasado, mas acumula uma queda de 0,3% no ano.

Ainda segundo a ANP, o consumo de querosene iluminante subiu 40% em abril, embora, no quadrimestre, tenha havido uma retração de 7,2%.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Por Maíra Magro | De Brasília

**Título:** Liminar que impedia venda de distribuidoras é suspensa

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou que obteve em conjunto com a Eletrobrás, no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT-1), decisão que suspendeu a liminar que impedia a venda de seis distribuidoras da estatal. O pedido foi acolhido pelo presidente do TRT-1, Fernando Antonio Zorzenon.

A suspensão havia sido determinada pela 49ª Vara do Trabalho do Rio no âmbito de ação civil pública movida por sindicatos de trabalhadores. A liminar era válida até que fosse apresentado estudo sobre o impacto da privatização nos contratos de trabalho das distribuidoras. Ao pedir a suspensão da liminar, a AGU e a Eletrobrás argumentaram que a decisão colocava em risco o abastecimento de energia elétrica nos Estados do Piauí, Alagoas, Acre, Rondônia, Amazonas e Roraima.

Em sua decisão, o presidente do TRT-1 afirmou que seria prematuro alegar que há ameaças aos direitos trabalhistas antes da publicação do edital de privatização. Ele também levantou dúvidas sobre a competência da 49ª Vara do Trabalho do Rio para analisar o caso, já que as distribuidoras não estão localizadas no Estado.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Por Estevão Taiar, Marta Watanabe, Bruno Villas Bôas e Fabio Graner | De São Paulo, Rio e Brasília

**Título:** Fazenda já admite perda de R\$ 15 bi com greve

A equipe econômica considera provável que os impactos diretos da paralisação dos caminhoneiros sobre a atividade fiquem na casa dos R\$ 15 bilhões (ou 0,2% do PIB, aproximadamente), como apurou o **Valor**, considerando apenas o impacto na parada da produção, sem estimar efeitos mais subjetivos decorrentes da deterioração das expectativas e índices de confiança.

Integrantes do governo, como o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, e o presidente do IBGE, Roberto Olinto, admitiram ontem que o crescimento deste ano deve ser menor do que o previsto, mas evitaram fazer estimativas.

O cálculo do prejuízo de cerca de R\$ 15 bilhões foi exposto ontem no Prisma Fiscal, encontro trimestral entre membros da Fazenda e economistas do setor privado, na sede do ministério em São Paulo. O teor da reunião foi confirmado por três participantes que pediram anonimato.

Segundo os relatos, o secretário de Política Econômica, Fabio Kanczuk, afirmou que a Fazenda usou diversas metodologias para estimar os impactos da greve. A que indicava um prejuízo de cerca de R\$ 15 bilhões parecia a mais correta. É um número menor do que as estimativas que vêm sendo divulgadas por instituições financeiras e consultorias. O cálculo, porém, leva em conta principalmente o que foi perdido de produção e não contempla impactos da crise sobre a confiança de empresários e planos de investimento.

Boa parte do setor privado está pessimista não só com os impactos da paralisação mas também com o ritmo de retomada da atividade e as turbulências recentes do mercado financeiro. De acordo com um dos analistas, ainda não está totalmente claro quanto as revisões recentes para baixo do PIB foram influenciadas pela paralisação e quanto pela própria frustração com a retomada.

Kanczuk, segundo um dos participantes do evento, afirmou que não vê tamanha piora dos fundamentos econômicos que justifiquem as turbulências da semana passada e que acredita em alguma melhora das condições financeiras no futuro.

À tarde, Guardia sinalizou que é possível que o PIB de 2018 seja revisado para baixo na próxima divulgação da programação orçamentária e financeira. Questionado sobre o assunto após o evento em São Paulo, o ministro não descartou a hipótese. "Pode, pode ser", disse. "A gente revê a previsão a cada dois meses quando a divulgamos a programação orçamentária e financeira. Vamos continuar fazendo isso. Quando a gente faz a revisão, reprojeta receita e despesa para o ano, e nós sempre divulgamos uma nova grade de parâmetros. Isso é o que a gente sempre fez. Esse processo de revisão é contínuo. A cada dois meses temos isso atualizado e evidentemente levamos em consideração as últimas informações disponíveis", disse. Guardia também participou da reunião do Prisma.

Atualmente, o governo prevê crescimento de 2,5% em 2018. Já o relatório Focus, do Banco Central, apontava ontem que a mediana das estimativas dos economistas do mercado financeiro para o produto caiu de 2,18% para 1,94%.

"Vamos esperar uma próxima revisão e vamos divulgar um número. O que não quero é a cada semana sair com novas projeções de crescimento. Temos um processo organizado que é reprojeter receitas e despesas e isso exige um cenário macroeconômico. Então me parece muito adequado fazer isso a cada dois meses e é o que vamos continuar fazendo", disse Guardia.

Olinto, do IBGE, afirmou que a greve vai afetar negativamente o PIB do segundo trimestre de forma ainda "não quantificável". Durante coletiva na sede do órgão, no Rio, ele criticou as projeções de analistas, as quais considera "pouco científicas".

"Você tem economistas falando que é só tirar o equivalente ao PIB de um mês do trimestre e esse é o prejuízo. É bastante perigoso esse tipo de lógica. Uma greve desse tipo não dá para fazer projeção de que vai ser assim ou assado, porque tem 'n' alternativas", afirmou.

O presidente do IBGE disse que a paralisação gera impactos via, por exemplo, a deterioração de mercadorias perecíveis, como alimentos, hortaliças e leite. "Já o que foi entregue atrasado, você recupera a receita. Neste caso, podemos ter simplesmente um ponto fora da curva e depois uma estabilização", disse.

Não existe nenhuma evidência até o momento de que a greve dos caminhoneiros "matou" um mês inteiro de atividade econômica, disse.

"É inegável que houve uma crise de oferta. O país vai vivendo um semestre eleitoral, o que cria instabilidades. Você tem nesse momento eleitoral uma série de previsões que não são das mais científicas, que têm outros interesses", disse, sem especificar as fontes dessas projeções e quais seriam seus interesses.

Para Olinto, a preocupação é medir corretamente o que aconteceu na greve, o que deixará o IBGE "mais atento na observação e crítica dos dados" de suas pesquisas. "Você tem problema de distribuição de gás, que não foi recuperado. Mas perecíveis e legumes foram regularizados razoavelmente. Se vai ter um impacto de mais longo prazo ou de curto prazo é o que estamos preocupados e acompanhando."

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Por Cristiano Zaia | De Brasília

**Título:** Relator defende a aprovação da MP do frete rodoviário antes do recesso

Escolhido pelo governo para blindar no Congresso o acordo com os caminhoneiros em torno do frete mínimo, o deputado federal Osmar Terra

(MDB-RS) defende que a MP 832/2018 seja aprovada pelo Congresso antes do recesso parlamentar. Caso contrário, já admite uma "instabilidade muito grande" no país, com risco de nova onda de greves a qualquer momento.

Defensor ferrenho das causas da categoria, Terra, que ocupou o cargo de ministro do Desenvolvimento Social, pretende finalizar seu relatório sobre a MP até o início de julho, mas admite que o calendário legislativo é curto, num ano marcado pela Copa do Mundo e pelas eleições.

Apesar disso, afirma que não abrirá mão de lutar pelo tabelamento, bandeira oriunda das greves de 2015. Segundo ele, a categoria, sobretudo os autônomos, vive um "drama diário" ao ter que suportar altos custos de combustível e pouco poder de barganha frente às transportadoras.

Terra vem sendo usado pelo governo como ponto de contato com muitas das lideranças dos caminhoneiros que participam das negociações e que, como ele, são gaúchos ou originários da região Sul, onde o movimento é forte e organizado.

Ligado ao ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, foi ele quem intermediou a reunião do ministro dos Transportes, Valter Casimiro, com sindicatos de caminhoneiros na quinta-feira. A segunda versão da tabela de fretes, anunciada após a reunião, foi revogada horas depois.

"Precisamos aprovar a medida provisória seja qual for a resposta da Justiça. A ministra Grace [Mendonça, da Advocacia-Geral da União (AGU)], derrubou uma liminar mostrando que a MP era constitucional e que era viável ter o preço mínimo dos fretes ", disse Terra ao **Valor**.

"Vou trabalhar para ter um grande acordo com todas as partes, temos que ouvir o agronegócio também, mas um acordo que mantenha o preço mínimo. O governo tem interesse em aprovar a MP", afirmou o deputado.

O deputado nega o argumento sustentado pelo segmento empresarial de que o tabelamento dos fretes fere a livre concorrência. E compara o frete mínimo com o sistema de bandeiras usado pelos taxistas -- que define um valor de referência para as corridas -- com o preço mínimo de produtos agrícolas administrados pelo governo, e até mesmo com o salário mínimo.

Terra terá que administrar os conflitos entre caminhoneiros e empresários e analisar a partir das próximas semanas 55 emendas propostas por parlamentares na sua maioria da bancada ruralista. Uma delas em especial, protocolada pelo deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), conta com grande apoio do setor do agronegócio e prevê que as tabelas de frete sejam facultativas. Terra, porém, descarta acatar a emenda. "A tabela tem que ser obrigatória. Tabela

referencial está fora de discussão, senão não precisa estabelecer preço mínimo."

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Brasil

**Autor:** Por Murillo Camarotto e Rafael Bitencourt | De Brasília

**Título:** ANTT discute detalhes de transporte de graneis para anunciar nova tabela

Diretores e técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) passaram o dia reunidos ontem em torno da definição de mais uma tabela de preços mínimos para o frete rodoviário. Algumas reuniões contaram também com a presença de empresários, mas os caminhoneiros decidiram não participar.

Um encontro com os motoristas estava previsto para a parte da manhã, mas acabou sendo adiado para a tarde. Os caminhoneiros, porém, decidiram debater a questão internamente e não foram para a sede da agência.

Segundo o **Valor** apurou, as discussões avançaram bastante durante o fim de semana e a nova tabela, de consenso, estaria praticamente pronta. O único ponto ainda pendente é o tabelamento do transporte de graneis sólidos, especialmente grãos.

Ainda não há nenhuma nova reunião confirmada para hoje, mas existe a possibilidade de que a nova tabela seja divulgada.

O governo espera que, dessa vez, a questão do frete seja equacionada, mesmo que temporariamente. Na semana passada, o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, foi obrigado a revogar a tabela anunciada poucas horas antes, diante de protestos e ameaças dos caminhoneiros.

A questão, entretanto, ainda continuará rendendo muita polêmica. Entidades empresariais de peso, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) sinalizaram a intenção de ir à Justiça contra o tabelamento.

O argumento de muitos empresários é que o controle dos preços do transporte é inconstitucional. Na semana passada, a 8ª Vara Federal do Rio Grande do Norte concedeu uma liminar que desobrigava duas empresas do setor de sal a cumprirem os valores previstos na tabela do frete.

Após recurso impetrado pela Advocacia-Geral da União (AGU), a liminar foi derrubada pelo desembargador Cid Marconi Gurgel de Souza, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5). De acordo com o magistrado, a liminar desmonta o acordo firmado entre o governo federal e os caminhoneiros, abrindo uma possibilidade real de que uma nova greve cause ainda mais transtornos ao país.

Souza rejeitou, porém, a repercussão geral de sua decisão, ou seja, outras empresas ainda poderão apelar contra a tabela.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Internacional

**Autor:** Por Marsílea Gombata | De São Paulo

**Título:** ANTT discute detalhes de transporte de graneis para anunciar nova tabela

Diretores e técnicos da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) passaram o dia reunidos ontem em torno da definição de mais uma tabela de preços mínimos para o frete rodoviário. Algumas reuniões contaram também com a presença de empresários, mas os caminhoneiros decidiram não participar.

Um encontro com os motoristas estava previsto para a parte da manhã, mas acabou sendo adiado para a tarde. Os caminhoneiros, porém, decidiram debater a questão internamente e não foram para a sede da agência.

Segundo o **Valor** apurou, as discussões avançaram bastante durante o fim de semana e a nova tabela, de consenso, estaria praticamente pronta. O único ponto ainda pendente é o tabelamento do transporte de graneis sólidos, especialmente grãos.

Ainda não há nenhuma nova reunião confirmada para hoje, mas existe a possibilidade de que a nova tabela seja divulgada.

O governo espera que, dessa vez, a questão do frete seja equacionada, mesmo que temporariamente. Na semana passada, o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, foi obrigado a revogar a tabela anunciada poucas horas antes, diante de protestos e ameaças dos caminhoneiros.

A questão, entretanto, ainda continuará rendendo muita polêmica. Entidades empresariais de peso, como a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) sinalizaram a intenção de ir à Justiça contra o tabelamento.

O argumento de muitos empresários é que o controle dos preços do transporte é inconstitucional. Na semana passada, a 8ª Vara Federal do Rio Grande do Norte concedeu uma liminar que desobrigava duas empresas do setor de sal a cumprirem os valores previstos na tabela do frete.

Após recurso impetrado pela Advocacia-Geral da União (AGU), a liminar foi derrubada pelo desembargador Cid Marconi Gurgel de Souza, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5). De acordo com o magistrado, a liminar desmonta o acordo firmado entre o governo federal e os caminhoneiros, abrindo uma possibilidade real de que uma nova greve cause ainda mais transtornos ao país.

Souza rejeitou, porém, a repercussão geral de sua decisão, ou seja, outras empresas ainda poderão apelar contra a tabela.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Opinião

**Autor:** Por Adilson de Oliveira

**Título:** Uma nova política de preços de combustíveis

A greve dos caminhoneiros provocou o colapso da política de ajustes diários nos preços dos derivados de petróleo. Imaginada para operar em um cenário petrolífero relativamente estável, com preços do barril oscilando entre US\$ 40 e US\$ 50, essa política tornou-se social e politicamente inadequada para a realidade socioeconômica do país, após a recente escalada do preço do petróleo no mercado internacional.

O grave equívoco dessa política foi desconhecer que o petróleo é uma commodity geopolítica. Seu preço é determinado por uma demanda fortemente inelástica ao preço, por um lado, e por expectativas de oferta governadas pelo contexto geopolítico do suprimento de petróleo, por outro. Nesse ambiente de mercado, qualquer alteração no contexto geopolítico da oferta global de petróleo provoca movimentos imediatos no seu preço, como estamos verificando atualmente. A volatilidade do preço é uma característica intrínseca do mercado petrolífero.

A atual volatilidade do preço do petróleo tem sua origem na decisão conjunta da Opep e da Rússia de reduzirem em 1,8 milhões de barris/dia sua oferta ao mercado global em meados de 2016. Desde então, o preço do petróleo iniciou uma escalada que foi incrementada com o aprofundamento da crise na Venezuela e, mais recentemente, acelerada com a decisão americana de abandonar o acordo nuclear com o Irã. Essas mudanças no cenário geopolítico do suprimento petrolífero induziram a elevação paulatina do preço do barril de

petróleo para o patamar de US\$ 80, depois de permanecer por um bom período no patamar de US\$ 45.

***O grave equívoco da política de ajustes diários foi desconhecer que o petróleo é uma commodity geopolítica***

Esse novo patamar deve induzir a expansão da produção de petróleo fora da Opep, principalmente a de óleos não convencionais (e gás natural) nos EUA. Analistas do mercado petrolífero acreditam que esse aumento da oferta pode provocar o retorno do preço do barril de petróleo para o patamar de US\$ 45. No entanto, não se pode excluir o risco da exacerbação dos conflitos no Oriente Médio. Nesse caso, é provável que ocorra uma drástica redução da oferta de petróleo no mercado global, que provocaria a continuidade na escalada do preço do petróleo que, eventualmente, atingiria o pico do início desta década (US\$ 130).

No atual ambiente geopolítico bastante conturbado, é muito difícil identificar uma trajetória previsível para o preço do petróleo no futuro próximo. O mais provável é que teremos que conviver com a volatilidade no preço do petróleo por um bom período de tempo.

O petróleo é insumo básico das economias industriais. Sua volatilidade induz a alocação ineficiente de recursos e, conseqüentemente, reduz o ritmo da atividade econômica, penalizando principalmente os mais pobres. Administrar a volatilidade do preço do petróleo, provocada por mudanças no contexto geopolítico do seu mercado, é função precípua do Estado, especialmente em países fortemente dependentes do transporte rodoviário, como é o caso do Brasil.

Os mercados são construções históricas que procuram delimitar interesses individuais para garantir interesses coletivos. Resultado da dinâmica sociopolítica nacional, eles estabelecem o quadro institucional e legal que os agentes econômicos devem obedecer para garantir o bom funcionamento da concorrência. Sempre que o comportamento do mercado torna-se disfuncional, como ocorre atualmente no mercado de combustíveis, a intervenção do Estado torna-se indispensável. Ela deve ter por objetivo a reconfiguração do quadro institucional e legal de forma a viabilizar o funcionamento adequado do mercado.

Na década de 1950, o Brasil optou por um quadro institucional monopolista para o suprimento de petróleo para um mercado nacional incipiente. No final do século passado, tendo sido alcançado sucesso na organização de um mercado petrolífero maduro, o quadro institucional e legal foi modificado para promover a introdução da concorrência como mecanismo de funcionamento

desse mercado. No entanto, a oferta de derivados de petróleo permaneceu estruturada na Petrobras, que atua como monopolista de fato na sua oferta para o mercado consumidor.

Essa estrutura exige a regulação dos preços ofertados por suas refinarias. E essa regulação deve ter presente que o potencial petrolífero doméstico é uma vantagem comparativa relevante do país e um dos principais ativos geopolíticos do Estado para a inserção da economia brasileira em condições favoráveis na economia global.

Essa realidade indica que o mercado petrolífero doméstico deve operar em um quadro institucional que ofereça parâmetros favoráveis à inserção da indústria brasileira do petróleo no mercado global, porém sinalizando a expectativa do Estado para o preço de longo prazo que deve orientar as decisões dos agentes econômicos. A regulação deve ter por objetivo a mitigação dos efeitos econômicos perversos provocados por flutuações dos preços dos derivados que saem das refinarias da Petrobras.

Esse contexto sugere a adoção de uma média trimestral móvel do preço do barril exportado pelo Brasil, ajustada pela expectativa do Estado para o preço de longo prazo, para a formulação dos preços dos derivados ofertados pelas refinarias brasileiras ao mercado doméstico. Não se trata de subsidiar os preços dos derivados para os consumidores, mas de explorar uma das principais vantagens comparativas da economia brasileira e de mitigar os efeitos econômicos deletérios da volatilidade de preços geopolíticos. Caberia à ANP regular a precificação dos derivados na saída das refinarias com base nessa média.

**Adilson de Oliveira é professor da UFRJ.**

**VEÍCULO: Valor Econômico**

**Seção: Empresas**

**Autor:**

**Título: Destaques**

### **Greve da Eletrobrás**

Os sindicatos dos funcionários da Eletrobrás farão na manhã de hoje assembleias para deliberar sobre a continuidade da greve de 72 horas, iniciada na madrugada de ontem, contra a privatização da companhia e de seis distribuidoras e contra o presidente da holding, Wilson Ferreira Jr. De acordo com Emanuel Torres, diretor da Associação dos Empregados da Eletrobrás (Aeel), a decisão de manter a greve pelo menos até hoje se deve ao fato de os

sindicatos não terem sido notificados da decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que havia determinado que pelo menos 75% dos empregados continuassem trabalhando. "Não fomos notificados ainda. E os nossos advogados estão recorrendo", afirmou. O diretor, porém, disse que, se permanecer a decisão do TST, a orientação dos sindicatos é de encerrar a greve antes do prazo estabelecido. Ontem, no dia em que a Eletrobrás completou 56 anos, cerca de 200 manifestantes se reuniram em frente ao escritório no Rio para protestar contra a privatização e o presidente da estatal.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Por Rodrigo Polito | Do Rio

**Título:** Distribuição da Enel no Brasil tem altos e baixos

Com a missão de melhorar a qualidade do serviço da Eletropaulo, para a qual prevê investir US\$ 900 milhões nos próximos três anos, além do compromisso de fazer um aumento de capital de R\$ 1,5 bilhão e dos R\$ 5,55 bilhões pagos na aquisição do controle da distribuidora paulista, a Enel tem, ao longo de sua trajetória em distribuição no Brasil, experiências bem-sucedidas e outras mais complexas. Ao mesmo tempo que o grupo italiano opera umas das concessionárias mais eficientes do país, a Enel Ceará (antiga Coelce), ele possui uma das empresas com os piores indicadores de desempenho global de continuidade do fornecimento de energia, medido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel): a Enel Distribuição Rio (antiga Ampla Energia).

A questão dos investimentos foi um dos temas que dominou a disputa entre Enel e a Neoenergia, controlada pela espanhola Iberdrola, pelo controle da Eletropaulo. Uma das críticas feitas ao grupo italiano era de que a companhia adotava racionalidade econômica diferente da lógica do mercado porque seus recursos vinham do Estado italiano (o governo italiano possui fatia de cerca de 23% na empresa). Dessa forma, segundo a concorrente, a Enel pagaria alto na aquisição de ativos e, para garantir a rentabilidade posteriormente, reduzia investimentos ou batalhava por aumentos tarifários.

Na ocasião, a Enel rebateu as críticas da concorrente, ressaltando, em carta, a falta de substância das alegações da rival.

O Indicador de Desempenho Global de Continuidade (IDGC) é um cálculo que envolve os níveis de duração e frequência média de interrupções (DEC e FEC, respectivamente) de cada distribuidora e as metas estipuladas pela autarquia para esses níveis. Na prática, quanto menor o número, melhor é a qualidade do serviço da empresa. A Enel Ceará teve o quarto melhor IDGC entre as grandes distribuidoras em 2017, de 0,70. Já a Enel Rio obteve 1,44. As duas

distribuidoras recém-adquiridas pelo grupo, Eletropaulo e Celg (atual Enel Distribuição Goiás, cujo controle foi conquistado em leilão no fim de 2016) tiveram em 2017 IDGC de 1,30 e 1,99, respectivamente.

No caso da distribuidora goiana, a Enel aprovou investimento de € 560 milhões (o equivalente a R\$ 2,6 bilhões) até 2020, para reduzir em 40% o tempo de interrupção no fornecimento de energia e em 3 pontos percentuais o índice de perdas, para 9% ao fim do período. Além disso, em 2017, a Enel Goiás investiu R\$ 830 milhões.

Com relação à Enel Rio, o grupo informou, em nota ao **Valor**, que foram investidos R\$ 3 bilhões, entre 2015 e 2017, em modernização da rede e avanço da qualidade do serviço. Segundo a empresa, o DEC caiu 35% nesse período, passando para 18,3 horas. "No acumulado dos últimos 12 meses (até maio de 2018), o DEC seguiu reduzido e chegou a 16,3 horas", completou.

A companhia acrescentou que há tendência de queda do IDGC da Enel Rio. "Nos cinco primeiros meses de 2018, o IDGC reduziu 10%, para 1,30, contra os 1,44 de dezembro de 2017 (30% de melhora quando comparado ao 1,87 em dezembro de 2015)", informou.

A Enel também destacou o indicador de fornecimento de energia medido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), que cresceu de 41,2%, em 2015, para 69,2%, em 2018. O indicador de satisfação da qualidade percebida (ISQP), também da Abradee, passou de 57,7% para 70,4%, no mesmo período.

Em termos tecnológicos, o grupo Enel investiu até hoje no Brasil R\$ 700 milhões na instalação de medidores eletrônicos de consumo, para combater furto e fraude de energia, problema socioeconômico que afeta a região metropolitana do Rio. No total, o grupo já implantou 760 medidores eletrônicos em suas concessões no país.

Os investimentos em modernização, porém, colocaram a Enel Rio entre as distribuidoras com a tarifa mais elevada do país, de R\$ 0,623 por quilowatt-hora (kWh) para consumidores residenciais.

### ***Investimentos da companhia na América do Sul estão maiores e mais rentáveis do que em seu país de origem***

"Os atuais níveis de tarifa da distribuidora refletem, principalmente, o reconhecimento dos fortes investimentos realizados pela companhia no passado para combater os altos índices de furto de energia na área de concessão, que em 2003 alcançavam 24%", explicou a companhia, ressaltando que os serviços de distribuição respondem por apenas 23% do total da tarifa de

energia. O restante é relativo a encargos e tributos (43%) e compra de energia (34%).

Na última semana, o presidente da Enel no Brasil, Carlo Zorzoli, disse que o plano de investimentos na Eletropaulo poderá ter um "pequeno impacto" nas tarifas da distribuidora. Segundo a Enel, os investimentos na Eletropaulo terão como um dos pilares a digitalização da rede, em linha com a estratégia do grupo para as demais concessionárias.

Com a aquisição da Eletropaulo, no início do mês, a Enel se tornou o maior grupo de distribuição de energia do país, atendendo um total de aproximadamente 17 milhões de clientes.

O grupo também tem participação relevante em geração de energia no Brasil, com um parque de 2,9 gigawatts (GW) de capacidade projetos de energia renovável (eólica, solar e hidrelétrica), além de 1 GW em projetos do tipo ainda para entrar em operação. A companhia também possui uma termelétrica a gás natural no Ceará, com capacidade de 346,6 megawatts (MW).

Segundo o professor Roberto Brandão, do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, a tendência é que a Enel amplie proporcionalmente seu volume de investimentos fora da Itália, onde as oportunidades de negócios são limitadas. Por um lado, não estão previstos investimentos significativos em ampliação da rede elétrica italiana e, por outro, os aportes em geração na Itália também tendem a ser modestos, em função da estagnação do consumo.

De acordo com o relatório anual da Enel de 2017, as despesas de capital da empresa na América do Sul totalizaram € 3 bilhões (37% do valor global) no ano passado, enquanto os aportes dentro da Itália somaram € 1,8 bilhão (22% do total no mundo).

Os negócios da Enel fora Itália também estão mais rentáveis do que no país sede. Enquanto o faturamento da empresa na Itália, de € 38,781 bilhões, representou 52% do total obtido pelo grupo em 2017, o lucro operacional na Itália (€ 4,470 bilhões) respondeu por 45,6% do total no mesmo período. Já na América do Sul, os negócios da empresa responderam por 17,6% do faturamento global (€ 13,1 bilhões) e por 30% do lucro operacional mundial (€ 2,97 bilhões). **(Colaborou Rodrigo Rocha, de São Paulo).**

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Por Graziella Valenti | De São Paulo

**Título:** Regra de oferta pública deve ser atualizada pela CVM

A regulação brasileira para ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs) se tornou alvo de debate no mercado após a disputa entre Enel e Neoenergia pela Eletropaulo. O caso, inédito no país, trouxe lições ao testar pela primeira vez uma competição acirrada pelo controle de uma empresa sem um acionista majoritário para negociar privadamente a venda do negócio.

Após a Enel sair vitoriosa, com a compra de quase 74% do capital da Eletropaulo na B3, a conclusão é que a regulação tem espaço para ser aprimorada. A norma é de responsabilidade da xerife do mercado, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As OPAs são reguladas pela Instrução 361, editada em 2002 pelo então presidente da autarquia José Luiz Osorio.

O **Valor** apurou que a CVM deve sim atualizar a norma. O tema, porém, não está na pauta regulatória de 2018 e a agenda para o ano que vem ainda não foi definida. E, ao contrário do que o caso fez parecer, não há uma grande reforma programada e sim ajustes finos, segundo pessoas que participaram das discussões internas sobre o caso da Eletropaulo. Os pontos alvos serão justamente aqueles que o mercado espera maior clareza.

### ***Caso Eletropaulo provou debate sobre mecânica prevista para disputas por empresas sem controlador definido***

A despeito de ficar evidente que a norma pode ser aperfeiçoada, os defeitos não prejudicaram o investidor - nem os competidores. Para a OPA específica, a CVM fez esclarecimentos para ajustar a vida prática às imperfeições da regra.

A disputa multiplicou a riqueza dos acionistas da distribuidora paulista de energia. Em dezembro de 2017, a Eletropaulo valia R\$ 2,7 bilhões na B3, logo após migrar para o Novo Mercado. No início de abril, a Energisa, que depois se retirou da briga, lançou a primeira oferta a R\$ 3,2 bilhões. A Enel saiu vitoriosa com proposta de até R\$ 7,6 bilhões por 100% do capital.

Interessados no controle de companhias com capital disperso em bolsa precisam lançar uma OPA e convencer os detentores das ações a vendê-las. Na OPA, o comprador é chamado de ofertante e a proposta é levada ao público por um edital. A execução se dá por meio de um leilão na B3. Após lançar o edital, o ofertante tem obrigação de comprar os papéis e só pode atualizar a proposta até dez dias antes do leilão.

No caso da Eletropaulo, parte da polêmica foi provocada pelas próprias rivais Enel e Neoenergia, que tentaram mudar as regras do jogo na Justiça.

O centro do debate - deste caso e que encontrou eco nas demandas do mercado - está na competição em OPAs. Ela pode se dar por uma oferta concorrente ou por interferência de compra diretamente no leilão. A única

exigência comum a ambas as modalidades é que o preço do primeiro novo lance seja 5% maior que o original.

A partir daí, só existem diferenças. O interferente tem maior flexibilidade que o ofertante, pois só precisa anunciar que tem planos de atuar (com dez dias de antecedência). Não fica obrigado a aparecer no leilão, não precisa anunciar seu preço antes, nem provar à B3 que tem fundos para a compra.

Na briga pela Eletropaulo surgiu, pela primeira vez, a possibilidade de as duas formas de concorrência acontecerem. Diante disso, um trecho da Instrução 361 se revelou inconsistente: o parágrafo 7º do artigo 12. Na prática, ele impede que um ofertante eleve seu preço no leilão em caso de interferência compradora se já houver uma OPA concorrente lançada.

Para especialistas, esse parágrafo deveria desaparecer. Seria como impedir que Enel e Neoenergia elevassem suas propostas no leilão mesmo se surgisse um comprador surpresa. A CVM dispensou esse ponto. Se levada a cabo, a norma colocaria ofertantes como reféns de interferentes justamente quando a competição está maior.

Após o debate em torno de Eletropaulo, muitos questionam se faz sentido prever a figura do interferente em OPA de aquisição de controle ou se ele deve ter tantas flexibilidades. Para esses profissionais, quando houver uma nova disputa, não mais será por uma OPA concorrente. O incentivo da regra é reservar a estratégia para ser interferente.

O debate se estende sobre como devem se dar os lances em casos de OPA concorrente. Pela norma, ofertantes devem divulgar seus preços dez dias antes do leilão, sem competição lance a lance, como um sistema de envelopes fechados. Aumentos de preço no leilão só são possíveis caso haja interferente. Enel e Neoenergia tentaram derrubar essa parte da norma para competirem durante o leilão.

O método de envelopes lacrados, segundo especialista, extrai o melhor preço para o investidor. No lance a lance, a proposta vitoriosa costuma ser marginalmente acima da perdedora - o que pode ser bastante inferior ao teto reservado pelo vencedor.

É por essa razão que leilões de privatização por melhor preço costumam ser por envelope fechado. Há dois casos marcantes no Brasil. Em 1997, o consórcio BCP pagou R\$ 2,65 bilhões pela licença espelho de telefonia celular para São Paulo - ágio de 341% sobre o preço-mínimo de R\$ 600 milhões. O Santander conquistou manchetes pela compra do Banespa, em 2000. Competindo com Unibanco e

Bradesco, o banco espanhol pagou R\$ 7,05 bilhões quando o preço-mínimo era de R\$ 1,85 bilhão.

A regra de OPA da CVM foi editada em 2002 em resposta às diversas ofertas de fechamento branco de capital que seguiram à crise da Nasdaq, com as multinacionais buscando fazer preço-médio aos ágios pagos da privatização do sistema Telebrás. Foi revisitada em 2010, após a primeira oferta hostil desde a criação do Novo Mercado, quando Vivendi saiu vitoriosa sobre a Telefônica pelo controle da GVT. A questão central, então, foi o uso de derivativos em OPAs.

O tema da vez, escancarado pelo caso da Eletropaulo, é a mecânica das competições. Mas, a despeito do frisson causado no mercado, a expectativa é que a situação não se repetirá tão cedo no ambiente de negócios brasileiro.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Por Fábio Pupo | De Brasília

**Título:** Governo vê TAG vendida em julho

Mesmo com uma decisão judicial suspendendo o processo de venda da Transportadora Associada de Gás (TAG), subsidiária da Petrobras, o governo manteve o cronograma de alienação da companhia. De acordo com um membro da equipe econômica, a estimativa atual é fazer a operação - com potencial para alcançar ao menos US\$ 7 bilhões, segundo ele - até o próximo mês.

Embora admita que o cumprimento do cronograma depende da tarefa de derrubar a decisão judicial, a fonte diz que o governo está confiante na tarefa. Na última semana, a 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 5ª Região determinou, por maioria, a suspensão da alienação das ações. Para o governo, a decisão é considerada "normal" para esse tipo de processo e é mais um exemplo de imbróglio judicial envolvendo vendas de estatais.

A avaliação inicial no governo é que nem a recente volatilidade no mercado prejudica a operação por causa da particularidade do processo. A venda da TAG se dará pela busca de um sócio estratégico - e não por meio da venda de ações em bolsa, por exemplo, ambiente que tem sido afetado pela instabilidade recente dos ativos financeiros.

A forma da venda foi justamente um dos argumentos da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) para pedir a suspensão do processo. A entidade argumenta que deve haver licitação.

Em comunicado ao mercado, a Petrobras defendeu que a alienação cumpre as normas da empresa, além de orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e a Lei das Estatais (13.303/16). "Tão logo seja intimada da decisão, a Petrobras irá tomar as medidas judiciais cabíveis em prol dos seus interesses e de seus investidores", informou a estatal em fato relevante publicado na última semana.

De acordo com a fonte da equipe econômica, estão na disputa três investidores. Um deles é a Engie, que já manifestou publicamente o interesse de entrar no mercado brasileiro de gás.

Acompanhada de perto pelo mercado, a venda da TAG faz parte da estratégia da Petrobras para reduzir seu endividamento. É um dos ativos mais relevantes do programa de desinvestimentos da estatal, que prevê vendas de US\$ 21 bilhões no biênio 2017-2018.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Por Ivo Ribeiro | De São Paulo

**Título:** Votorantim estima recuo de quase 20% nas vendas em maio

A Votorantim Cimentos, líder brasileira na fabricação de cimento e outros materiais de construção, ainda avalia o tamanho da perda de produção nos 11 dias da greve dos caminhoneiros e faz as contas do impacto do tabelamento do frete para seus custos. O setor faz uso intensivo do transporte rodoviário - 96%, na média - e movimenta quase 54 milhões de toneladas ao ano.

"Devido à greve, tivemos uma perda de volume expressiva em maio. Certamente, vai ter impacto na produção anual da empresa", disse Walter Dissinger, presidente da VC ao **Valor**. Ele estima que as vendas no mês passado sofreram impacto negativo de quase 20%. "Será que isso poderá ser recuperado?", pergunta.

Segundo o executivo, das 27 fábricas da companhia, espalhadas em todas as regiões do país, só três não pararam durante o movimento dos caminhoneiros. "Tivemos falta de coque (insumo importado usado na fabricação do cimento), de diesel e até de bens alimentícios para as refeições dos funcionários", informou.

Dissinger disse que, até sexta-feira, ainda havia um esforço por parte das unidades para normalizar o abastecimento de coque e diesel. "Estão chegando aos poucos. Mais uma semana, provavelmente, para normalizar".

No todo, a movimentação de cargas nas unidades da empresa soma cerca de 5 mil caminhões ao dia, informa a VC. Esse número considera vendas diretas, transferência de produtos entre fábricas e carregamento de produtos de fábricas para centros de distribuição. Não está nessa conta a entrada de insumos e outros itens.

***A movimentação de cargas nas unidades da fabricante de cimento soma cerca de 5 mil caminhões ao dia***

Sobre a questão do frete, o executivo afirmou que ainda é necessário esperar um desfecho das negociações entre caminhoneiros e governo para ter uma visão clara do impacto de custos. "Estamos conversando com nossos parceiros do transporte, buscando entender o impacto em nossos custos. De início, vemos que há aumento expressivo no frete".

Enquanto isso, desde meados de maio, a companhia do grupo Votorantim viu o custo coque de petróleo subir. Como se trata de um insumo importado, com a valorização do dólar frente ao real, aliada à alta da cotação do petróleo no mercado internacional, o preço do produto chegou mais caro - mais de 10% no período.

"O preço do coque vem subindo muito e isso tem sido motivo de preocupação para a competitividade do setor", afirmou o executivo. Hoje, a tonelada está valendo quase US\$ 80 a tonelada. Dois a três anos atrás, o insumo era importado a US\$ 45.

Dissinger afirmou que o coque tem um peso expressivo no custo de produção do cimento, seguido da energia elétrica. Ante reclamação de aumento de preço da saca do produto por representantes da indústria da construção, grande usuário do cimento, o executivo declarou que seus clientes foram informados sobre alta de custos na indústria.

Ele esclareceu que não é o frete que, no momento, pressiona os custos do setor cimenteiro, como deixou transparecer afirmação do presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins, na sexta-feira.

A VC está entre as dez maiores do mundo, com produção próxima de 30 milhões de toneladas.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Por Chiara Quintão | De São Paulo

**Título:** Volume das cimenteiras tendem a cair neste ano

O Sindicato Nacional da Indústria do Cimento (SNIC) considera que haverá queda das vendas do insumo no acumulado deste ano, segundo o presidente da entidade, Paulo Camillo Penna, embora a projeção oficial de alta de 1% a 2% em relação às 53,6 milhões de toneladas de 2017 ainda não tenha sido revista. "Muito provavelmente, vamos fechar no vermelho em 2018", afirma o presidente do SNIC.

No acumulado de janeiro a maio, as vendas internas de cimento tiveram queda de 4,5%, na comparação anual, para 20,4 milhões de toneladas. Havia expectativa que, a partir de maio, o desempenho negativo da indústria cimenteira fosse revertido e que a expansão inicialmente prevista para 2018 interrompesse a queda acumulada de 25% nos últimos três anos. A greve dos caminhoneiros e a piora da atividade econômica, porém, levaram à piora das vendas, segundo Penna.

Em maio, as vendas de cimento caíram 20,3%, na comparação anual, para 3,6 milhões de toneladas. No início da greve dos caminhoneiros, as vendas foram reduzidas para 5% da média diária, em decorrência das dificuldades para receber matérias-primas e para despachar o produto. Nos últimos dias da paralisação, a parcela vendida caiu para 3% do total, de acordo com Penna.

O SNIC estima que uma fábrica de cimento com produção de 1 milhão de toneladas por ano utilize cerca de 300 caminhões por dia para transporte do produto. O modal rodoviário responde por 96% do transporte de cimento, ante 65% da média da indústria brasileira, segundo Penna. O presidente do SNIC diz esperar que a retomada da normalidade do recebimento de insumos e despacho de produtos pelas indústrias do setor ocorrerá no prazo de 15 a 20 dias.

Segundo Penna, em média, o frete corresponde à faixa de 20% a 40% do preço final do cimento, conforme o tipo de transporte e a distância percorrida. O presidente do SNIC projeta que o tabelamento do frete acordado entre o governo e os caminhoneiros para o fim da greve resulte em acréscimo do custo de 30% a 60%. Mas ressalta que essa estimativa é "apenas uma referência do impacto", pois não considera pontos como custos de retorno.

Atualmente, a ociosidade do setor cimenteiro está próxima a 48% do total. A capacidade nominal de produção das indústrias de cimento é de 100 milhões de toneladas por ano. No início do ano, havia expectativa que a ociosidade poderia ser reduzida para a faixa de 44% a 45%, patamar que, dificilmente, será alcançado neste ano, considerando-se o novo cenário desde maio.

Penna acrescenta que as indústrias do setor têm trabalhado com margens apertadas, decorrentes de aumento dos custos. A alta com maior impacto para

o setor cimenteiro é a de energia térmica, que utiliza coque de petróleo. O preço do coque tem aumentado como consequência das altas do barril de petróleo e da desvalorização do real.

**VEÍCULO:** Valor Econômico

**Seção:** Empresas

**Autor:** Por Renato Rostás | De São Paulo

**Título:** Vale vende cobalto futuro para expandir no Canadá

A Vale vai seguir em frente com a expansão de suas operações de Voisey's Bay, no Canadá, montando uma mina subterrânea. E para financiar esse investimento, fechou um acordo para vender cerca de 75% do cobalto a ser produzido no local futuramente. Com isso, a mineradora garante sua exposição a uma "nova onda" de metais no mundo, destinados a baterias que vão ser o "combustível" de carros elétricos.

Ontem, a companhia confirmou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) entendimentos com a Wheaton Precious Metals e a Cobalt 27 Capital para comercializar esse fluxo futuro, recebendo US\$ 690 milhões adiantados - US\$ 390 milhões da primeira empresa e US\$ 300 milhões da segunda.

Juntos, esses valores correspondem a 40% do orçamento necessário para a expansão, de US\$ 1,7 bilhão. Para amortizar essa antecipação, as companhias pagarão 18% do preço do cobalto, medido pela "Metal Bulletin", proporção que subirá para 22%. A Wheaton terá direito a 42,4% da produção futura e a Cobalt 27, a 32,6%.

A primeira entrega do fluxo futuro é prevista para 1º de janeiro de 2021, ano em que a nova operação subterrânea deve começar a funcionar. Os produtos vendidos serão um misto da atual operação a céu aberto de Voisey's Bay, na província de Terra Nova e Labrador, e da mina subterrânea. A mineradora pretende estender o fim da vida útil da operação, de 2023 para 2034, como havia informado mais cedo o governo da província.

Esse projeto canadense é importante porque garante à empresa brasileira exposição a uma espécie de "nova fronteira" dos metais, principalmente o níquel, que devem ser muito importantes para a fabricação de baterias.

A expectativa é que o uso do níquel em baterias dispare nos próximos anos, para servir de "combustível" a carros elétricos. Mesmo com o "streaming" anunciado ontem, a Vale continua exposta a aproximadamente 40% da produção futura, calcula.

Relatório do Citi, publicado durante o fim de semana, mostra que até 2030 no mínimo um quarto das vendas de novos veículos será, de alguma forma, elétrico - híbrido, elétricos puros, de bateria ou de "plug-in". Algumas outras instituições são mais otimistas, e falam em 27% a 30%.

Para algumas fabricantes de veículos, essa alta será mais substancial. A perspectiva do Citi é que a Volkswagen, por exemplo, passe de 2% da frota com elétricos em 2020 para 12% cinco anos depois. A chinesa SAIC Motor elevaria a proporção de 7% para 20% e a Renault, de 2% para 6%.

"O acordo de streaming viabiliza o desenvolvimento de Voisey's Bay, o primeiro anúncio de investimento significativo nos últimos anos", informou a Vale em fato relevante à CVM. "A transação melhora substancialmente o retorno financeiro sobre o capital investido para mais de 35% ao ano."

Em Voisey's Bay, a companhia tem condições de extrair níquel, cobalto e cobre. As reservas comprovadas e prováveis de níquel são de 32,4 milhões de toneladas - 2,13% de teor de níquel, 0,96% de cobre, e 0,13% de cobalto - e as medidas e indicadas, de 10,3 milhões de toneladas. Há mais 12,7 milhões de toneladas em reservas inferidas, com teores diferentes.

O complexo começou a funcionar em 2005, após três anos do anúncio inicial, e já gerou cerca de US\$ 15 bilhões à empresa.

|                 |                        |
|-----------------|------------------------|
| <b>VEÍCULO:</b> | <b>Valor Econômico</b> |
|-----------------|------------------------|

|               |                 |
|---------------|-----------------|
| <b>Seção:</b> | <b>Empresas</b> |
|---------------|-----------------|

|               |  |
|---------------|--|
| <b>Autor:</b> |  |
|---------------|--|

|                |              |
|----------------|--------------|
| <b>Título:</b> | <b>Curta</b> |
|----------------|--------------|

## Oferta pela EDP

O conselho de administração da EDP -Energias de Portugal emitiu parecer afirmando que não pode recomendar que os acionistas aprovelem a oferta de aquisição de ações (OPA) feita pela China Three Georges (CTG) pelo valor oferecido. Em maio, a CTG lançou oferta pública voluntária de compra de ações da EDP e da EDP Renováveis na bolsa de Lisboa, ao preço de € 3,26 e € 7,33 por ação, respectivamente. O valor, na época, avaliava a EDP em cerca de € 11 bilhões. Na ocasião, a EDP Energias de Portugal já havia considerado a oferta extremamente baixa.

**VEÍCULO: Valor Econômico****Seção: Agronegócios****Autor: Por Kauanna Navarro | De Dourados (MS) e Cascavel (PR)****Título: Greve e tabela de frete tiram o sono de produtores**

A paralisação dos caminhoneiros e a crise do frete que veio na sequência foram pedras nos sapatos que os produtores não esperavam. A preocupação agora é como enviar ao exterior o volume recorde de 76,3 milhões de toneladas de soja, estimados pela consultoria Agroconsult.

Com o imbróglio em relação ao estabelecimento de frete mínimo para transporte rodoviário, as negociações continuam paradas. "Não tem negócio. Tudo parado desde a greve. Não sabemos onde vai dar", disse Dario Alexandre Schwambach, produtor de Ponta Porã (MS), após café da manhã com produtores da região na última etapa do Rally da Safra 2018.

A expectativa é que a terceira tabela de fretes seja divulgada nos próximos dias pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Segundo o produtor de Dourados (MS), Rodrigo Pavel, desde a paralisação não são fechados negócios, e, com isso, o preço da saca já caiu de R\$ 3 a R\$ 4. "A gente viu até uma redução do frete da fazenda para o armazém, mas do armazém até o porto subiu de 40% a 50%", disse.

Segundo André Debastiani, da Agroconsult, ainda há soja nos portos para embarque, mas se a situação não for resolvida, o escoamento da safra de 119 milhões de toneladas de soja, conforme estima a consultoria, pode ser afetado.

Em meio às incertezas em relação ao escoamento da safra 2017/18 de soja, o produtor já se prepara para o ciclo 2018/19. Muitos já compraram insumos e fizeram vendas antecipadas da produção para cobrir custos.

Segundo o representante técnico da FMC na região de Cascavel (PR), Rogério César, o gasto com defensivos deve crescer cerca de 10%, reflexo da alta da matéria-prima na China. Com custos maiores e dólar forte, o grande risco para a safra de soja 2018/19 é cambial. "A maior preocupação é que o produtor monte uma safra com dólar a R\$ 4,00 e colha a R\$ 3,50. O que é uma realidade possível", disse André Debastiani.

A Agroconsult projeta soja a US\$ 10,30 por bushel em Chicago. "Mas o valor em reais deve variar com o câmbio, e essa variável é incontrolável. Ainda mais considerando que ainda nem temos nomes dos candidatos à presidência", afirmou o consultor.

**MME / ASCOM .**